



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DA  
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 1/2017  
SESSÃO ORDINÁRIA  
DE 24-02-2017**

*“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata n.º 1 da Sessão Ordinária de 24-02-2017

**LOCAL** - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

**DATA** -24 de fevereiro de 2017-----

**INICIO** - Quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

**PRESIDENTE** - Adelino da Costa Pinto..... PS

**1º SECRETÁRIO** - Mafalda Sofia Mendes Azenha Paiva..... PS

**2ª SECRETÁRIA** - Maria Isabel Cardoso Guardão Tavares ..... PS

**MEMBROS** - Mário João Menezes Paiva ..... PS

Ana Elisabete Laborda Oliveira ..... SOMOS FIGUEIRA

Ana Margarida Pinto da Cunha ..... PS

João Gomes Lopes ..... SOMOS FIGUEIRA

Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia ..... PS

Fausto Fernando Santos Loureiro ..... PS

Teotónio Paulo de Jesus Cavaco ..... SOMOS FIGUEIRA

Silvina da Silva Fonseca Anadio de Queiroz ..... CDU

Lúis Manuel Mendes Ribeiro ..... PS

Vânia Isabel Duarte Batista ..... SOMOS FIGUEIRA

Ana Raquel Mendes Correia..... PS

Carlos Manuel da Silva Rabadão ..... SOMOS FIGUEIRA

João Filipe Carronda da Silva Antunes ..... PS

José Augusto Fernandes Mateus ..... PS

Mário da Silva Esteves ..... SOMOS FIGUEIRA

Maria Adelaide Gaspar Gonçalves ..... CDU

Fernando Miguel Gonçalves Pereira ..... PS

Maria Isabel Gaspar Ferreira de Sousa ..... SOMOS FIGUEIRA

Manuel da Silva Caiano ..... PS

Nuno Miguel Garcia Carvalho ..... SOMOS FIGUEIRA

José António Ferreira Dias ..... BE

Natália Jerónimo Pires ..... SOMOS FIGUEIRA

Agostinho Manuel Pereira da Cruz ..... CDU

Carla Eduarda Ferraz Silva Santos..... SOMOS FIGUEIRA

### **PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA**

**(Alhadas)** Jorge Manuel Bugalho da Silva ..... PS

**(Bom Sucesso)** Mário Fajardo Acúrcio ..... INDEPENDENTE

**(Buarcos)** José Manuel Matias Tavares ..... PS



<b>(Ferreira-a-Nova)</b>	Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro .....	PS
<b>(Maiorca)</b>	Filipe Humberto Mateus Dias .....	SOMOS FIGUEIRA
<b>(Marinha das Ondas)</b>	Manuel da Conceição Rodrigues Nada .....	PS
<b>(Moinhos da Gândara)</b>	Paulo Manuel Querido Rodrigues .....	SOMOS FIGUEIRA
<b>(Paião)</b>	João Paulo Gonçalves Pinto .....	PS
<b>(São Pedro)</b>	António Manuel dos Santos Salgueiro .....	PS
<b>(Tavarede)</b>	Victor Manuel dos Santos Madaleno .....	PS
<b>(Vila Verde)</b>	Vítor Manuel Gonçalves Alemão .....	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

#### **SUBSTITUIÇÕES**

José Duarte Pereira por Manuel da Silva Caiano, José Manuel Pereira da Costa por Carla Eduarda Ferraz Silva Santos, e Mário Alberto Gomes Oliveira por Agostinho Manuel Pereira da Cruz.-----

#### **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**

José Duarte Pereira, José Manuel Pereira da Costa, Mário Alberto Gomes Oliveira, Luís Miguel Martins Bento, e Maria Fernanda Marques Lorigo.

#### **FALTAS INJUSTIFICADAS**

José Elísio Ferreira de Oliveira.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Dou conhecimento ao plenário da ausência, por motivos de doença, do Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira, razão pela qual coordenarei os trabalhos e assumirei nesta sessão as funções de Presidente. Aproveito, ainda, esta oportunidade para lhe desejar votos de rápidas melhoras. -

De seguida, solicito a retificação da nossa Ordem de Trabalhos, no Período de Antes da Ordem do Dia, a qual passará a integrar os seguintes pontos:-----

1.1 - Comunicação da renúncia ao mandato de Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais - Para conhecimento;-----

1.2 - Tomada de posse como membro da Assembleia Municipal de Nuno Miguel Garcia Carvalho;-----

1.3 - Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 15 de dezembro de 2016;

1.4 - Leitura do expediente e prestação de esclarecimentos;-----

2 - Intervenção do público;-----

3 - Assuntos gerais de interesse do município."-----

**A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - COMUNICAÇÃO DA RENÚNCIA AO MANDATO DE VITOR FREDERICO DA SILVA FIGUEIREDO PAIS - PARA CONHECIMENTO**



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Dá-se conhecimento a este plenário da renúncia ao mandato do deputado municipal Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais. Como bem sabem, os eleitos locais gozam do direito de renunciar seu mandato, direito esse consagrado no art.º 76.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atualizada.-----

A renúncia ao mandato formaliza-se com a manifestação dessa vontade, por escrito, e a sua apresentação, no caso vertente, ao Presidente da Assembleia Municipal.-- O deputado municipal Vitor Figueiredo Pais será substituído pelo cidadão imediatamente a seguir do Partido Social Democrata na lista da Coligação Somos Figueira, o qual tomará posse já a seguir."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**1.2 - TOMADA DE POSSE COMO MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NUNO MIGUEL GARCIA CARVALHO**

O Presidente informou que o candidato do Partido Social Democrata na lista da Coligação Somos Figueira, Nuno Miguel Garcia Carvalho, toma hoje posse como membro deste órgão, nos termos do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua última redação, substituindo Vitor Frederico da Silva Figueiredo Pais, que renunciou ao seu mandato.-----

De seguida, o deputado prestou o juramento legal, procedeu-se à leitura do termo de posse, tendo o documento de posse sido assinado pelo Presidente da Assembleia Municipal e pelo empossado.-----

O Presidente desejou ao recém empossado votos de uma proveitosa experiência como autarca.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**1.3 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Coloco à votação a aprovação da ata da sessão ordinária de 15 de dezembro do ano de 2016."-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, João Filipe Carronda, Fernando Miguel Pereira, Jorge Bugalho Silva, Luis Miguel Bento, Susana Oliveira Monteiro, João Paulo Pinto, e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira e Isabel Gaspar Sousa, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por maioria, com vinte e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, Coligação Democrática Unitária, Bloco de**



Esquerda, e Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros do Partido Socialista Ana Raquel Correia, da Coligação Somos Figueira, Carla Eduarda Santos, e da Coligação Democrática Unitária, Agostinho Pereira da Cruz, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 15 de dezembro de 2016.-----  
Deliberação aprovada em minuta.-----

AGOSTINHO PEREIRA DA CRUZ apresentou a seguinte declaração de voto: "A minha abstenção no tocante à ata da sessão ordinária de 15 de dezembro de 2016, deve-se, tão somente, ao facto de não ter estado presente na mesma."-----

#### 1.4 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

PRIMEIRO SECRETÁRIO deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

"- Convites de diversas coletividades para os respetivos aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para:-----

- a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a The Navigator Company, tendo em vista a realização de simulacros de segurança nas instalações da empresa-----

- o concerto de Ano Novo - Sinfonia Desconcertante (Música e humor com seriedade), no Centro de Artes e Espetáculos-----

- a assinatura de um Protocolo entre a Câmara Municipal da Figueira da Foz e a Associação EPIS - Empresários pela Inclusão Social-----

- a Cerimónia de Inauguração das Obras de Requalificação do Largo dos Santinhos, no Paião-----

- a inauguração da exposição do Mestre Francisco Simões «Sobre a pele da pedra...», no Museu Municipal Santos Rocha-----

- a apresentação do Livro «Tempos de Pesca em Tempos de Guerra» no Núcleo Museológico do Mar-----

- Um convite conjunto do Centro Recreativo Cultural Carvalhense para a inauguração do seu Pavilhão Multiusos-----

- Um convite da Cruz Vermelha Portuguesa para a tomada de posse da direção da sua Delegação da Figueira da Foz-----

- Um convite da Incubadora de Empresas da Figueira da Foz para a apresentação do projeto Murraceira, Salicultura da Figueira da Foz-----

- Um convite da Incubadora de Empresas da Figueira da Foz para a apresentação do



- Laboratório MAREFOZ, no âmbito do Ciclo de eventos «Marés Inovadoras»-----
- Um convite do Presidente do Conselho Executivo da Liga de Bombeiros Portugueses para a Sessão de Abertura do seu Congresso Extraordinário-----
  - Um convite da Casa do Povo de Maiorca para um Concurso de Grupos de Danças da coletividade-----
  - Um convite para o Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis (FICIS'17), subordinado ao lema Fazer Cidade/"Place Making-----
  - Um convite para participação na sessão de abertura do movimento Solidário Mão na Mão-----
  - Um convite da Comissão de Festas para as Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem-----
  - Divulgação de uma ação de formação em Marketing Digital para Pequenas e Médias Empresas, promovida pela Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz em parceria com a GROOVIT-----
  - Um convite do Museu da Assembleia da República para a Exposição «Arte Robótica», de Leonel Moura-----
  - Um convite do Município de Penacova para o Almoço de lampreia, no âmbito do evento anual «Festival da Lampreia de Penacova»-----
  - Um convite do Centro de Apoio ao Sem Abrigo para a sua III Gala de Solidariedade, no Centro de Artes e Espetáculos-----
  - Um agradecimento do Município de Matosinhos à nossa mensagem de pesar pelo falecimento do seu Presidente da Câmara, Dr. Guilherme Pinto-----
  - Um ofício da ANTRAL - Gabinete de Apoio à Drição, sobre a Proposta de Lei 50/XIII que cria o Regime Jurídico do transporte em veículo a partir de plataforma eletrónica - Em defesa da legalidade e de uma mobilidade sustentável nas cidades, com respeito pela segurança e qualidade de vida dos cidadãos-----
  - Um email de Mafalda Sacchetti enviando o link do Hino dos Municípios cantado por Paulo de Carvalho-----
  - Um agradecimento do Município de Porto de Mós à nossa mensagem de pesar pelo falecimento do anterior Secretário Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Eng.º Artur Trindade-----
  - Uma Moção da Assembleia Municipal de Viseu pela «Dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por "Universidades Politécnicas", "Universidades de Estudos Avançados", de modo a poderem atribuir o Grau de Doutor», que foi enviada a todos os deputados municipais-----



- Um convite da Associação do Carnaval de Buarcos/Figueira da Foz para os diversos eventos que integram as festividades do Carnaval 2017-----  
Responderam ao envio da Moção em defesa da "Desagregação das Freguesias de Paião e Borda do Campo": Ministro Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular e Grupo Parlamentar «Os Verdes»-----

Responderam ao envio da Moção «Em defesa das Freguesias de Borda do Campo, Brenha, Santana e S. Julião da Figueira da Foz e da reposição do mapa territorial vigente antes da aplicação da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica em 2013»: Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro, Grupo Parlamentar do CDS - Partido Popular, Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e Grupo Parlamentar «Os Verdes»."-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvana Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Solicito à Mesa o encaminhamento de votos de boas melhoras ao Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira. É uma pessoa muito afável e a Coligação Democrática Unitária deseja que tudo corra segundo os seus desejos."-----

Dois pequenos reparos no tocante à leitura do expediente feita pela deputada municipal Mafalda Mendes Azenha. No documento lido menciona-se um Concerto de Natal no Centro de Artes e Espetáculos e, certamente, só por lapso não terá sido mencionado o Concerto de Ano Novo, com a participação do Coral David de Sousa, realizado no dia 01 de janeiro no hall do edifício dos Paços do Concelho.-----

Relativamente às respostas entretanto recebidas em relação às moções sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, aprovadas na sessão de 15 de dezembro de 2016, pedia aos serviços que me enviassem cópia das mesmas por email."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Nuno Melo Biscaia.-----

**NUNO MELO BISCAIA:** "O grupo municipal do Partido Socialista também expressa aqui o desejo pelo rápido e total restabelecimento do Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira."-----

V.Ex.<sup>a</sup>, hoje na qualidade de Presidente em exercício, também cumprirá bem as suas funções e com certeza esta sessão decorrerá de forma pacífica e correta.-----

Por último, dou as boas vindas a esta casa da democracia local ao novo deputado municipal, Nuno Miguel Carvalho, a quem endereço cumprimentos."-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Dado não haver público inscrito para intervir junto deste órgão deliberativo, passamos de imediato aos assuntos gerais de interesse para o Município."-----

**3 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO**

**A - MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ARQUITETO ISAÍAS CARDOSO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "O famoso arquiteto figueirense José Isaías de Oliveira Cardoso, faleceu no dia 13 de fevereiro de 2017, no Hospital Distrital da Figueira da Foz, onde estava internado desde o dia 04 de janeiro."-----

O arquiteto Isaías Cardoso nasceu na freguesia de Alhadadas no dia 30 de setembro de 1922. Era viúvo de Maria Luísa Miranda Cardoso, pai de José Luís Miranda Cardoso e de Maria Isabel Miranda Cardoso, seus netos são: Joana Cardoso Ferreira e Matilde Cardoso.-----

O arquiteto Isaías Cardoso além da obra arquitetónica notável que nos deixou espalhada pela cidade e por outros locais do país, como marca importantíssima e de relevo para as futuras gerações, era um profundo amante de música tendo mesmo tocado violino na sua juventude e composto músicas para os teatros musicados do Ateneu Alhadense. Era também um grande apaixonado pelo Teatro.-----

Formou-se em arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1954. Ainda estudante, viria a receber um importante convite em 1950, do empresário figueirense Augusto Silva, para projetar na nossa cidade, uma piscina de mar. Nasce assim, uma obra moderna e inovadora para a época para a qual teve absoluta liberdade conceptual e artística. Admirável para o seu tempo, multifuncional, de uma elegância plástica nas suas linhas direitas e modernismo a par do edifício do Grande Hotel que completava, em perfeita harmonia, aquele espaço da Figueira da Foz e que se tornou uma referência e uma atração turística e balnear. Um verdadeiro conjunto cosmopolita cheio de glamour e beleza.-----

O arquiteto Isaías Cardoso foi, desta maneira, através da sua notável obra, o precursor do Movimento Moderno no espaço arquitetónico figueirense, durante as décadas de 1950 e 1960. O seu estilo arquitetónico é influenciado pelo Estilo Internacional do que melhor se fazia na europa de então e pela Arquitetura Brasileira.-----

Em finais da década de 60 do século XX faz nascer outra notável e arrojada obra arquitetónica: o edifício integrado do Museu, Biblioteca e Auditório Municipais, obra cofinanciada pela Fundação Calouste Gulbenkian, pelo Ministério das Obras





Públicas e pela autarquia figueirense. Com as mais diversas edificações públicas e privadas salientam-se no concelho equipamentos urbanos destinados a servir o Parque de Campismo e espaços públicos, a sede da Junta de Freguesia das Alhadas (donde era natural), um grande número de moradias particulares, a Caixa de Previdência, blocos habitacionais, abrindo assim caminho para novas artérias da cidade que se modernizava e crescia desde os anos 60 do séc. XX de uma maneira nunca vista. Nos anos 80 do séc. XX faz nascer o «Aparthotel Sotto Mayor».-----

A sua obra encontra-se espalhada em profusão por outros distritos como: Coimbra, Aveiro e Leiria. Em 2006, a Ordem dos Arquitetos inventaria uma dezena de projetos seus como obras de absoluta referência no universo da arquitetura portuguesa do séc. XX. O IPPAR-Instituto Português do Património Arquitetónico e a DGEMN Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, classificaram a Piscina-Estalagem e a Esplanada Silva Guimarães como imóveis de interesse público. Em 2001 aceitou o convite da Faculdade de Arquitetura do Porto e faz a doação de todo o seu arquivo de obras àquela que foi a Escola da sua formação.-----

Isaiás Cardoso foi homenageado ainda em vida, no dia 24 de setembro de 2016, com a presença da presidente da NARC, arquiteta Fátima Lourenço, do Presidente da Câmara Dr. João Ataíde e do Presidente da Assembleia Municipal Eng.º José Duarte e na presença de inúmeros amigos tendo sido lançada a publicação «José Isaiás Cardoso um Moderno da Figueira da Foz», com a colaboração da NARC- Núcleo de Arquitetos da Região de Coimbra, sobre a sua vasta obra. Também em 2008 foi agraciado com a medalha de ouro pelo senhor Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Em 2 de novembro de 2016, em Lisboa numa cerimónia na Ordem dos Arquitetos, foi distinguido com o estatuto de Sócio Honorário, o galardão máximo atribuído por aquela ordem. Esta foi a última sessão pública em que esteve presente, tendo adoecido pouco depois.-----

Mais uma figura da cultura figueirense que desaparece. O arquiteto José Isaiás de Oliveira Cardoso, era uma pessoa muito afável para toda a gente. Muito admirado na freguesia de Alhadas que o viu nascer, na Figueira da Foz e no mundo da arquitetura nacional. Um otimista por excelência olhava sempre para o lado positivo das coisas. Mais uma figura da cultura figueirense que desaparece. Uma referência marcante na história desta linda cidade. Para sempre o nosso obrigado!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista,**



Mário Menezes Paiva, João Filipe Carronda, Luis Miguel Bento, Susana Oliveira Monteiro, e Fernanda Marques Lorigo, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da deputada municipal Isabel Guardão Tavares do grupo municipal do Partido Socialista, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento do arquiteto José Isaiás de Oliveira Cardoso, e apresentar condolências à família enlutada.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**B - MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MÁRIO SOARES**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "Mário Alberto Nobre Lopes Soares, nasceu a 7 de dezembro de 1924 em Lisboa. Era filho do professor, pedagogo e antifascista, João Lopes Soares e de Elisa Nobre Batista.-----

Mário Soares viria a tornar-se um dos maiores vultos da história de Portugal, como figura incontornável da segunda metade do século XX. Uma nobilíssima figura que ombreou com outras figuras notáveis da Europa e do Mundo. Deve-se-lhe, indiscutivelmente, a consolidação da democracia em Portugal. De modo admirável, com uma inteligência viva e acutilante soube magistralmente, percorrer os «perigosos» caminhos pós 25 de Abril de 1974.-----

Desde muito cedo encetou ações políticas contra o Estado Novo. Desde os tempos de estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa que lutava por um regime livre e democrático. Conclui a sua licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas em 1951 e, inicia na mesma Universidade, o Curso de Direito que concluiu em 1957. Pela luta antifascista que trava desde então, foi por várias vezes preso político, deportado e exilado. Por 13 vezes foi encarcerado pela PIDE no tempo do Salazarismo. E acabou mesmo sendo deportado para São Tomé em 1968 onde vive completamente isolado do mundo, com toda a sua vida boicotada e é nesse momento que nasce a sua obra «Portugal Amordaçado».-----

Mas, entretanto, em 1945 com apenas 20 anos nasce o MUD-Movimento de Unidade Democrática de oposição ao regime e, é nessa condição, que se dá a sua 1ª prisão. Preso uma 2ª vez no Aljube, lá encontra também seu pai preso, igualmente por motivos políticos. No fim dos anos 40 e começo da guerra fria e com um Salazar mais prepotente com a proibição de movimentos políticos, é escolhido para secretário da candidatura do general Norton de Matos apoiado pelo MUD, contra Óscar Carmona candidato do regime, mas o candidato vem a desistir, devido às previstas fraudes eleitorais.-----



Em 1958, Mário Soares, vive com intensidade a campanha presidencial do general da Força Aérea Humberto Delgado, contra Américo Tomás. Mário Soares fazia renascer dentro de si uma enorme esperança que viria a tornar-se uma imensa tristeza. Houve, novamente, uma enorme fraude eleitoral. Humberto Delgado pede exílio ao Brasil e quando regressa ao país é assassinado nos termos por nós conhecidos. Profundamente revoltado, Mário Soares redobra de esforços e intensidade na luta antifascista e tentativa de derrube da ditadura, e volta a cumprir nova maratona de prisões, tornando-se alvo de intensa vigilância; mas também um nome que passou além-fronteiras e que era admirado e enormemente respeitado pela sua luta em prol de um Portugal democrático.-----

Na condição de advogado defendeu em tribunais plenários inúmeros opositores ao regime. Tornou-se também no representante da família de Humberto Delgado, clamando por justiça e, da mediatização dessa grande batalha que encetou clamando por justiça, nasce uma amizade enorme com o Presidente francês, François Mitterrand. Por tudo o que representava era constantemente perseguido e é preso, novamente, em 1965. Para além da prisão é-lhe confiscado o dossier sobre a defesa de Humberto Delgado. O mundo reclama e exorta a figura de Mário Soares, mas o regime não cede. É em 1965 que Mário Soares denuncia ao Jornal Sunday Telegraph o escândalo que vem abalar o estado Novo o denominado e bem conhecido "Ballet Rose". Quando em 1968 é deportado para São Tomé na costa ocidental africana, o povo inunda o aeroporto para se despedir de Mário Soares, mas é reprimido com brutalidade pela polícia que usa de enorme violência para dispersar «os corajosos».-----

Com o acidente que Salazar sofreu quando caiu da cadeira no Forte de Santo António do Estoril e já com Marcelo Caetano no poder isto em 1968, regressa a Portugal a 9 de novembro e, com redobrada força e esperança entrega-se, de corpo e alma, à causa da liberdade e da democracia, nunca baixando os braços. Perseguido vê-se obrigado ao exílio em França em 1971.-----

Precisamente em 1973 nasce o Partido Socialista sendo Mário Soares um dos seus fundadores a par de outros ilustres socialistas e da sua própria esposa Maria Barroso. Torna-se o 1º secretário-geral deste partido que muito lhe deve. Após o derrube do regime em 25 de abril de 1974, regressa a Portugal onde é recebido em delírio e apoteose, tendo sempre ao seu lado uma das suas maiores inspirações na vida, Maria de Jesus Barroso, a sua amada musa inspiradora mãe dos seus dois filhos: João Soares que seguiu a vida política e Isabel Soares psicóloga e professora. Mário Soares tinha muito orgulho na sua família e nos 5 netos que



muito amava.-----  
Foi 1º Ministro de 1976 a 1978 e de 1983 a 1985. Negociou de 1977 a 1985, com enorme sucesso, a entrada de Portugal na Comunidade Europeia (atual União Europeia). Foi ministro de alguns governos provisórios. Foi Presidente da República em dois mandatos sucessivos de 1986 a 1996. Foi o percursor das «presidências abertas», durante as quais percorreu o país e auscultou aspirações e anseios das populações, dando início a uma nova era da presidência de um país. Posteriormente foi eurodeputado no Parlamento Europeu.-----

Nos últimos anos da sua vida dedicou-se à escrita, à coordenação da Fundação Mário Soares (instituição de utilidade pública sem fins lucrativos). Promoveu e participou em inúmeros congressos e debates. E como autor tem diversos livros e crónicas publicadas, a saber:-----

- 1968 - Portugal amordaçado;-----
- 1987 - Intervenções;-----
- 1998 - 20 Anos Depois;-----
- 2001 - Português e Europeu;-----
- 2003 - Memória Viva;-----
- 2003 - Incursões Literárias;-----
- 2004 - Diálogo de Gerações (em parceria com Sérgio Sousa Pinto);-----
- 2005 - A Crise e Agora?;-----
- 2009 - Elogio da Política;-----
- 2011 - Um Político Assume-se;-----
- 2011 - Enfim a República;-----
- 2014 - Cartas e Intervenções Políticas no Exílio.-----

Mário Soares tem uma avenida com o seu nome na nossa cidade.-----

Depois da morte de Maria de Jesus Barroso em 2015, Mário Soares nunca mais seria o mesmo! Profundamente abatido e abalado no mais profundo do seu ser, deixou de ter a alegria que o caracterizava e, viria a sofrer, em 2013, uma encefalite (infecção aguda do cérebro). Recuperou um pouco mas ficou muito debilitada e comprometida a sua saúde. Deixou-nos no dia 7 de Janeiro de 2017, com 92 anos de idade, no Hospital da Cruz Vermelha em Lisboa.-----

Evitou derramamento de sangue, travando um golpe de estado eminente; defendeu com unhas e dentes a democracia; abriu Portugal ao mundo, tornando-o um país mais moderno, mais culto e mais seguro dos seus direitos e deveres. A nossa cidade prestou-lhe tributo em Junho de 2010 atribuindo a uma avenida o nome de Mário



Soares.-----  
No dia da sua morte perdeu-se um grande democrata, um humanista, um homem FIXE que adorava o povo, o país e se perdia de amores por peixeiras e pescadores. Por Portugal sofreu no corpo e na alma, lutou toda uma vida hipotecando a liberdade e momentos que deixou de viver junto dos que amava profundamente. Mário Soares será eterno no coração dos amantes da Liberdade e da Justiça, da Igualdade e da Fraternidade. Os homens grandes ficarão sempre na história da história de um país e de um povo. Mário Soares era um homem GRANDE!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Obviamente, a Câmara Municipal já teve a sua oportunidade de prestar homenagem ao Arquiteto Isaiás Cardoso e ao Dr. Mário Soares.-----  
Em relação ao texto da Moção, seria importante nele se incluir a menção ao facto de, em sede de reunião de Câmara de 20 de abril de 2010, ter sido atribuída a Chave de Honra da Cidade da Figueira da Foz ao Presidente Mário Soares, a mais elevada condecoração nos termos do Regulamento Municipal de Concessão de Distinções Honoríficas."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "O texto da Moção já era conhecido e foi apresentado atempadamente.-----

Lamento não ter sabido deste pormenor antes, pois tê-lo-ia incluído na Moção de Pesar. Muito obrigado, é uma achega muito importante e foi realmente ótimo ter-se homenageado o cidadão Mário Soares em vida, com a entrega da Chaves da Cidade."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Filipe Carronda, Luis Miguel Bento, Susana Oliveira Monteiro, e Fernanda Marques Lorigo, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da deputada municipal Isabel Guardão Tavares do grupo municipal do Partido Socialista, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por unanimidade:-----**

**1 - exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento do cidadão Mário Alberto Nobre Lopes Soares, e apresentar condolências à família enlutada;-----**

**2 - incluir no texto da Moção de Pesar a menção à atribuição, em sede de reunião de Câmara de 20 de abril de 2010, da Chave de Honra da Cidade da Figueira da Foz ao Presidente Mário Soares, a mais elevada condecoração prevista no Regulamento para a Concessão de Distinções Honoríficas, Medalhas, Diploma e Chave de Honra da**



Cidade. -----

*Deliberação aprovada em minuta.* -----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES** apresentou a seguinte declaração de voto: "Os eleitos da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal da Figueira da Foz concordam com a apresentação do Voto de Pesar pela morte de Mário Soares. -----  
Mário Soares, fundador do Partido Socialista, seu Secretário Geral, personalidade relevante da vida política nacional, participante no combate à ditadura fascista, no apoio aos presos políticos, desempenhou depois do 25 de Abril os mais altos cargos políticos, designadamente como Primeiro Ministro, Presidente da República e membro do Conselho de Estado. -----

Lembrando o seu passado antifascista, o Partido Comunista Português regista as profundas e conhecidas divergências que marcaram as relações entre o Partido Comunista Português e o Dr. Mário Soares, designadamente pelo seu papel destacado no combate ao rumo emancipador da Revolução do 25 de Abril e às suas conquistas, incluindo a Soberania Nacional" -----

**C - MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR IDALÉCIO CAÇÃO - VOTAÇÃO PARA ACEITAÇÃO DA SUA INCLUSÃO NO PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz já manifestou a intenção do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária apresentar uma Moção de Pesar pelo falecimento do Professor Idalécio Cação. Nos termos do n.º 3 do art.º 17.º-A do Regimento deste órgão deliberativo, colocarei à votação do plenário a sua admissão neste período da Ordem de Trabalhos." -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação. -----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Filipe Carronda, Luis Miguel Bento e Fernanda Marques Lorigo, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por unanimidade, admitir a inclusão do Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Idalécio Cação no Período de Antes da Ordem do Dia, considerando a oportunidade do mesmo.** -----

*Deliberação aprovada em minuta.* -----

**D - MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO PROFESSOR IDALÉCIO CAÇÃO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz. -----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "O grupo municipal da Coligação Democrática Unitária embora não tivesse recebido nenhuma comunicação escrita nesse sentido, contava com a apresentação de uma Moção de Pesar pelo falecimento do professor Idalécio Cação



nesta sessão.-----  
Não avocou a si essa iniciativa por desconhecer de quem ele esteve perto politicamente, se alguma vez esteve perto da Coligação Democrática Unitária, ou mesmo se esteve perto de alguém.-----

Contudo, reconhece no professor Idalécio Cação uma figura incontornável da Cultura, cuja morte deixou o Concelho da Figueira da Foz mais pobre.-----

Por isso, a Coligação Democrática Unitária, mesmo sem texto escrito, propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Idalécio Cação, e a apresentação de condolências à sua família."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, João Filipe Carronda, Luis Miguel Bento e Fernanda Marques Lorigo, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz do grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, cumpriu um minuto de silêncio, e deliberou, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Idalécio Cação, e apresentar condolências à família enlutada.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**E - COMÉRCIO LOCAL/TRADICIONAL VERSUS ABERTURA DE GRANDES SUPERFÍCIES COMERCIAIS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Isto de querer fazer duas coisas, contrárias, ao mesmo tempo ... tem que se lhe diga e quase sempre, se não sempre mesmo, conduz à asneira, ao inverosímil, ao absurdo.-----

Há poucos dias atrás, fomos «brindados» com a abertura de mais uma superfície comercial média/grande (para nossos parâmetros considerável, de facto!). São elas, estas unidades comerciais, 10 numa área de escassos Km<sup>2</sup> (eu aqui conto como única o Intermarché e o Bricomarché).-----

Todas elas tiveram, como é óbvio, o «apadrinhamento» de diferentes Executivos Municipais, detentores do poder de autorização para a sua implantação. E o último caso, aquele a que atrás nos referimos, acontece num momento particularmente «curioso». Vejamos: pela mesma altura anunciava a Câmara Municipal um investimento de 320 mil euros, destinados à construção de três novos quiosques na marginal oceânica, lato senso, e a remodelação de nove espaços já existentes. 320 mil euros não é tão pouco assim, tanto mais levando em conta a dimensão urbana e a população



aí instalada.-----  
Com que objetivo se investiu então esta soma? Um objetivo louvável, sem dúvida: possibilitar a concessão, por um período de vinte anos, com hipóteses de alargamento deste prazo, a pequenos comerciantes que aí venham a desenvolver a sua atividade, um incentivo ao desenvolvimento do comércio local, portanto. Mas ... como se compagina esta (bela) intenção com a abertura de mais uma média/grande superfície comercial? Como, perguntámos nós?! É óbvio para todos que este tipo de unidades tende, num breve espaço de tempo, a submergir por completo o pequeno comércio, afogando-o literalmente. E o Executivo não sabe disto, desta realidade de «lana caprina»? Sabe, certamente. Daí a nossa estupefação e desgosto. E no futuro? Já sabemos da decisão de permitir a instalação de mais uma, desta feita da cadeia SONAE. Infelizes comerciantes! Os poucos que ainda resistem, resistirão por quanto mais tempo? E quantos conseguirão aguentar esta imensa pressão? Poucos por certo, «lamentavelmente».-----

A nós, Partido Comunista Português/Coligação Democrática Unitária, não nos convencem os argumentos, completamente ilusórios, que sempre acompanham estas situações: a criação de postos de trabalho! Como já tivemos a oportunidade de esclarecer neste Órgão, defendemos a criação de emprego mas não a qualquer custo: para nós, o trabalho tem de ser digno, com direitos e garantias, não um exercício de exploração de qualquer género! Na recente inaugurada unidade de comércio, laboram vinte pessoas, contratadas por empresas de trabalho temporário. Não sabemos se todas, mas algumas, pelo menos, sim. Sabemo-lo de fonte seguríssima. Como não há ingénuos neste domínio, sabemos todos e muito bem o que significa ser contratado por uma dessas empresas!-----

Das condições salariais e de trabalho destes trabalhadores cabe à Câmara Municipal procurar saber, pelos meios que tem ao seu alcance. É que fazer o mal e a caramunha ... é feio. Muito feio, mesmo.-----

Aos munícipes e de modo particular aos direta e indiretamente afetados, cabe fazer o seu próprio juízo sobre estas matérias!-----

«As palavras são como as cerejas» é bem certo, e ontem mesmo um comerciante da Rua da República abordou comigo a questão da tal recentemente inaugurada unidade comercial. Comentei não ser caso único, acrescentando que se prevê a instalação de uma outra da cadeia SONAE, de acordo com a informação escrita do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. Então, o referido cidadão deu-me uma novidade, referindo estar prestes a abrir uma Loja do Mini Preço na Rua da República, nas





antigas instalações da Electro-Gás Minerva, Lda. E foi ainda mais longe, questionando-se se a Câmara Municipal pretende matar os pequenos comerciantes definitivamente e num breve espaço de tempo. Aconselhei-o, então, a inscrever-se para usar da palavra numa das reuniões públicas de Câmara para poder colocar as suas dúvidas pessoalmente ao executivo municipal.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “As questões sobre os espaços comerciais são inevitáveis. No âmbito dos Planos Diretores Municipais correspondem a áreas definidas para equipamentos comerciais, cujas candidaturas são apresentadas de acordo com regras pré-determinadas, planos de informação prévia e adequação aos planos, num processo onde funcionam as regras do mercado.-----

Não se permite qualquer princípio de discricionariedade, de proteger o grupo A ou B em relação a qualquer outro, ou até mesmo de não aceitar as propostas. No fundo, aplicam-se as opções políticas tomadas por carácter deliberativo, em sede de Assembleia Municipal, quando se aprova o Plano Diretor Municipal.-----  
Até há uns tempos atrás, o comércio a nível de grandes superfícies comerciais desenvolvia-se em detrimento do Concelho da Figueira da Foz, e a maior parte dos municípios procurava outras paragens para frequentar e adquirir bens em áreas comerciais.-----

Anteriormente, a COMAC - Comissão de Autorização Comercial, era a entidade reguladora com competências para licenciar, ou não, estas superfícies comerciais, após as autarquias procederem à apreciação crítica dos processos em termos de compatibilidade com o Plano Diretor Municipal, mas, infelizmente, foi extinta.--

Atualmente, a única alternativa política do Município é, se assim o entender, restringir no Plano Diretor Municipal a existência de qualquer área de equipamento de comércio, mas isso com certeza violaria as regras da concorrência. Ou seja, nas questões dos espaços comerciais funcionam claramente as regras do mercado e a sua compatibilidade com os instrumentos de gestão territorial.-----

As opções do executivo municipal podem estar em linhas opostas em relação às da Coligação Democrática Unitária, mas, de facto, são sinais do tempo e, hoje, as grandes superfícies tornaram-se absolutamente inevitáveis.-----

Espero não ver acontecer na prática o princípio marxista de se comerem umas às outras e tudo acabar mal. Mas, isso é um problema delas, e do mercado. O Município cumpre a sua missão, sem embargo da defesa do comércio local e tradicional através de outros planos, nomeadamente, as definições das Áreas de Reabilitação Urbana,



intervenções na requalificação dos espaços, etc.-----  
Algumas destas medidas já foram anunciadas e privilegiadas no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano sustentável. Depois, o mercado também terá de se adaptar.-----

A preocupação do Município passa essencialmente pela revitalização dos Centros Históricos, cujos planos de intervenção a vários níveis serão oportunamente apresentados, porquanto, em seu entender, isso contribuirá para o fortalecimento desses Centros e de um plano de ação comercial.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Com todo o respeito institucional e pessoal, não concordo minimamente com as palavras do Presidente da Câmara.-----

O Plano Diretor Municipal existe, mas tal não significa que tenhamos de obedecer cegamente a ele. Não se pode, não se deve, é feio, é condenável extravasá-lo. E nós temos vindo a fazê-lo por diversas vezes nesta Assembleia Municipal, e hoje acontecerá uma vez mais, com as regularizações de empresas cujas instalações estão em desconformidade com esse mesmo Plano Diretor.-----

A instalação de médias e grandes superfícies não é inevitável. Acontece porque a autarquia o permite. Do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária, com a abdicação do poder decisório as coisas de facto correm menos bem.-----

O Presidente da Câmara utilizou uma expressão muito interessante ao afirmar «se eles se comerem uns aos outros, é problema deles». Mas, não se irão comer uns aos outros.-----

Eu gosto muito de programas sobre animais e sou uma apaixonada por animais de toda e qualquer espécie, salvo alguns répteis. Para mim, o único erro do criador foi atribuir às tartarugas algumas características que levaram os estudiosos a incluí-las na classe dos répteis. E eu acredito na inteligência suprema do criador.----

Isto vem a propósito de há dois ou três dias atrás ter visto um programa qualquer dum canal da Cabo sobre a vida nas profundezas oceânicas, descrevendo a forma como os tubarões caçavam grandes cardumes de carapaus. Eles não se comiam uns aos outros, nem sequer se chegavam ou se mordiam, eles pura e simplesmente engoliam os carapaus.-----

O mesmo tem vindo a acontecer no binómio grandes superfícies comerciais versus o comércio tradicional - os grandes tubarões têm engolido os carapaus, vão continuar a engoli-los e com eles as petingas e os lingueirões.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Há uma versão mais engraçada para descrever bem esta situação - o Sermão de Santo António, do Padre António Vieira.-----  
Quis referir-me à concorrência entre os próprios espaços e não entre a grande superfície e o comércio tradicional.-----  
Em meu entender, o mercado tradicional poderá até sobreviver no meio deste excesso de oferta, com a sua oferta diferenciada, e esta reflexão até já foi feita pelo consumidor.-----

Porém, concordo com as regras do mercado livre, tão liberal na economia. Tratam-se aqui de opções diferentes. Mas, também concordo com o sermão de Santo António."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Faço minhas as palavras do Presidente da Câmara.-----  
Os pequenos comerciantes locais até poderão sobreviver, contudo, a Coligação Democrática Unitária tem dúvidas quanto a isso. A única certeza é o facto de ter opções diferentes."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **E - DIA INTERNACIONAL DA MULHER**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Não se pode só apontar as coisas que estão mal, ou menos bem, também se tem de falar sobre outras iniciativas.-----

Por isso, irei intervir agora em nome de um grupo unitário de Mulheres, ao qual espero se venham a associar as minhas amigas Isabel Guardão Tavares e Mafalda Mendes Azenha. Aliás, esta última já tem vindo a acompanhar-me nestas andanças.-  
Este grupo comemorará o dia 08 de março, Dia Internacional da Mulher, com uma sessão aberta no Centro de Artes e Espetáculos, integrando a apresentação do interessantíssimo filme «As Sufragistas», e onde o cineasta Sérgio Branco estará presente com a sua companheira. Logo a seguir, decorrerá um debate que, em meu entender, se poderá transformar numa iniciativa muito interessante.-----

Aproveitava, desde já, o ensejo para em meu nome pessoal e no do grupo agradecer o alto patrocínio da Câmara Municipal da Figueira da Foz, porque a sessão decorrerá no Pequeno Auditório do Centro de Artes e Espetáculos, a custo zero, não sendo obviamente cobrados bilhetes.-----

Também aproveito para divulgar a iniciativa e convidar todos, incluindo os homens, a associarem-se à mesma.-----



Algumas cabeças pensam que o Dia Internacional da Mulher seria só para as mulheres, e algumas até se juntam para uns jantares com sobremesa algo esquisita e do meu ponto de vista deplorável.-----

Mas, os homens são muito bem vindos porque as verdadeiras mulheres não querem um mundo só de mulheres, desejam um mundo de igualdade de deveres, de direitos, de oportunidades, de reconhecimento de inteligência e de competência.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Congratulo-me com esta iniciativa do dia 08 de março. Aliás, o Município da Figueira da Foz tem desenvolvido algumas iniciativas, ao longo do ano, para que o Dia da Mulher não seja só no dia 08 de março, e hoje mesmo traz a esta Assembleia Municipal para aprovação o Plano Municipal para a Igualdade de Género.-----

Felizmente, na Figueira da Foz tem-se evoluído pelo menos em termos de padrão civilizacional do ocidente, e percorreu-se um caminho profundo no sentido da igualdade.-----

No mundo não será assim e os sinais até são bastante perturbadores, por isso mesmo vale a pena termos um Dia Internacional da Mulher.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**G - CRUZEIRO EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS - RECOLOCAÇÃO DA PLACA EXISTENTE NO LOCAL**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “Em frente aos Bombeiros Voluntários, no cruzeiro denominado por algumas pessoas «Cemitério dos Ingleses», e por outras «Cemitério dos Franceses», em homenagem às pessoas vitimadas pelo tifo após as invasões francesas, existia uma placa alusiva a essa efeméride que, entretanto, desapareceu. A Coligação Democrática Unitária pergunta se já foi repostada essa placa identificativa para a população da Figueira da Foz do que é aquele Cruzeiro, para o que serve, e o que lembra.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Esta questão está tratada, ou se não está já devia estar. E, portanto, tomo a devida nota e a placa será reinstalada.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----



**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**H - GINÁSIO DO PARQUE DE CAMPISMO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Em que condições se procedeu à construção do Ginásio Fitness instalado no Parque Municipal de Campismo? Quem é o proprietário? Aquelas instalações são privadas ou propriedade do Município?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "O Município da Figueira da Foz fez e continua a fazer uma intervenção profunda no Parque Municipal de Campismo, tendo em vista adaptar aquela estrutura à procura atual a esse nível.-----

Talvez se pudesse resolver definitivamente o problema do auto caravanismo, integrando-o em locais próprios para o efeito no Parque, se houvesse uma legislação nacional nessa matéria.-----

Agora, internamente colocaram-se os cabos no subsolo, construíram-se cerca de 13 bungalows com uma capacidade de alocação de 56 pessoas, e intervencionou-se profundamente a área do equipamento e da piscina.-----

A piscina é hoje fortemente frequentada, com acesso livre aos munícipes e cidadãos, com preços acessíveis, constituindo também um equipamento de apoio inserido na envolvente de um Parque recreativo de atividade desportiva.-----

A obra ainda não está concluída, sê-lo-á em breve, mas, pelo menos até à Páscoa, já estarão disponíveis para utilização 10 bungalows. Depois ver-se-á como a sua exploração decorre e se terá tendência para aumentar, no fundo, para se ter uma oferta mais acessível e económica e ponderar a eventualidade da utilização desses bungalows para alojar alguns grupos convidados pela Câmara Municipal, no âmbito dos seus eventos e atividades culturais e desportivas.-----

A atual reconversão do Parque não perde a sua perspetiva de origem, o ser um Parque de Campismo com espaço para caravanas, as poucas que vai havendo, e algumas tendas de campismo.-----

Reabilitaram-se os balneários, e agora para finalizar, também irá ser pavimentado, não só para o embelezar, mas também para melhor poder ser desfrutado.-----

Concessionou-se a exploração do Bar e, pouco a pouco, ficará ali um espaço de lazer muito interessante, pondo cobro a qualquer ideia que houvesse de exploração imobiliária naquele local.-----

Convido os deputados municipais a visitá-lo se assim o entenderem.-----

No âmbito deste projeto, foi-nos presente por um grupo profissional de professores



de educação física amantes daquele espaço, uma proposta para construção de um Ginásio, do ponto de vista do executivo municipal, inserida na sua estratégia de requalificação do Parque Municipal de Campismo. Assim, foi construído o Ginásio cumprindo todas as imposições dos regulamentos municipais. A concessão de exploração foi efetuada através de uma hasta pública e, neste momento, está a ser explorado por um particular de acordo com as regras do concurso público. O particular construiu e paga uma renda.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **I - PROTEÇÃO DUNAR DAS PRAIAS A SUL**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “A Coligação Democrática Unitária gostaria de saber o ponto da situação sobre o dossier da proteção dunar das praias a Sul. Tendo em linha de conta os estudos e projetos que têm vindo a lume, quais as medidas tomadas pela Câmara Municipal e pelas Juntas de Freguesia para proteger a zona Sul, as dunas das praias a Sul?-----

Pergunta, ainda, se não seria possível construir uma barreira idêntica à colocada na praia de Buarcos e da Figueira, ao longo do passadiço.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Recentemente, numa visita á Figueira da Foz, o Ministro do Ambiente anunciou a criação de uma única Unidade de Missão para o Estudo do Combate à Erosão Costeira, no fundo, com a incumbência de recompilar todos os vários e múltiplos estudos feitos, e encontrar medidas e planos de ação definidos para toda a área costeira, em particular, para a que se situa entre Espinho e a Marinha Grande. Como sabem, nesta zona subsistem 04/05 pontos críticos, como a Praia da Vagueira, Areão, etc. -----

A intrusão da Tamargueira foi tratada oportunamente, com um projeto da Câmara Municipal da Figueira da Foz, candidatado a financiamento ainda no tempo de Quadro de Referência Estratégica Nacional, e executado.-----

Há um pré-anúncio da Agência Portuguesa do Ambiente de continuar a reclassificação de proteção à Muralha, com todo o enrocamento dessa área até aos restaurantes, e em especial fechar a continuidade do passeio. Trata-se de uma proposta tempestiva, está candidatada a financiamento e quase em fase de adjudicação.-----

No dia 09 de março o Município terá uma reunião conjunta com a Agência Portuguesa



do Ambiente e com a administração do Porto da Figueira da Foz, tendo em vista a proteção da Praia do Cabedelo.-----

Também já está quase concluída a apresentação de um projeto para o Cabedelo, o qual irá ser submetido a apreciação pública e recolha de contributos, contemplando o molhe de proteção à praia.-----

A autarquia projeta o reforço da linha dunar de proteção a São Pedro e do Porto de Pesca, na perspetiva de efetuar uma candidatura a financiamento no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.-----

Ainda, segundo uma nota do Ministro do Ambiente, nas candidaturas já aprovadas e em fase de adjudicação, está prevista uma intervenção no quinto molhe na freguesia de São Pedro, precisamente na área mais degradada onde os passadiços abateram. E isto são as intervenções previstas e adjudicadas.-----

Em suma, em estudo estará o reforço da linha dunar de São Pedro, em meu entender extremamente importante para proteger não só o molhe como também o Porto de Pesca e toda a zona envolvente.-----

A duna de São Pedro ainda existe porque debaixo é rocha, e se não fora isso, quem sabe, já teria desaparecido.-----

Embora não seja da competência da Câmara, nestas questões o executivo municipal tem vindo a ser participativo e tem dado apontamentos no sentido de que a mera reposição de areias não basta para resolver o problema, sendo imprescindível executar-se um enrocamento rochoso. Porém, esta posição não tem merecido a aceitação da linha ambientalista."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**J - DESASSOREAMENTO DA BARRA DA FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Qual o ponto da situação relativamente ao desassoreamento da barra? Gostaria de ter alguma informação sobre esta questão."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Como sabe, a Câmara Municipal depois do malogrado naufrágio do Olívia Ribau promoveu uma sessão conjunta com todos os operadores, nomeadamente, a Mútua, Associação Pró Segurança, recentemente homenageada pelo Presidente da República, Autoridade Marítima, Instituto de Socorros a Náufragos, ou seja, todos os envolvidos na operação de resgate e socorro.-----



Fizeram-se múltiplos apelos, deu-se nota da perigosidade da barra pelo seu permanente assoreamento, como aliás todos os documentos o assinalam, desde meados do século XVIII até hoje. Não é novidade. A barra e a entrada do Porto confrontam-se com este problema. Foi uma opção mantida ao longo do tempo, traduzindo-se num contínuo problema.-----

Das reuniões havidas saiu um documento concluindo pela necessidade de intervir em três setores, a saber, o reforço de recursos humanos em termos do Instituto de Socorros a Náufragos, a instalação de um sistema de videovigilância para acompanhamento das manobras de entrada na barra, e o desassoreamento.-----

No tocante ao reforço de meios humanos, o Instituto de Socorros a Náufragos foi há pouco tempo dotado com mais 04 elementos. Foram entretanto apresentados, neste Salão Nobre, pelo então Presidente da Autoridade Marítima, Almirante Silva Ribeiro, agora atual Chefe de Estado Maior da Armada, os meios técnicos conducentes a uma maior proteção às embarcações.-----

Quanto ao desassoreamento ainda há um caminho a percorrer, que terá sempre de contar com o esforço da administração central.-----

O plano de autossustentabilidade do Porto não basta, sendo imprescindível sensibilizar o Governo para uma política de desassoreamento devidamente articulada com uma política de proteção à erosão costeira a Sul. As dragagens feitas num processo de continuação do molhe, passariam também a ser feitas para além da área de proteção, por um lado efetuando um transvase de mais areias a Sul e por outro, evitando o permanente assoreamento da barra.-----

Estas foram as conclusões do grupo de trabalho.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**L - EN 111 - CURVA JUNTO AO ACESSO PARA O CEMITÉRIO ORIENTAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “Uma vez mais, como o tem vindo a fazer ao longo dos últimos anos, a Coligação Democrática Unitária alerta o executivo municipal para a extrema perigosidade daquela curva na EN 111, localizada depois dos prédios e da cortada para o cemitério. É imperioso desbastar toda a vegetação existente na curva, porque quem vai da Figueira da Foz para o Cemitério não vê quem vem na estrada em direção à Figueira da Foz.-----

Por outro lado, aquele troço da estrada precisa de ser requalificado, pois é





impossível andar ali pé. A Coligação Democrática Unitária sabe que há dinheiro para a aplicação de passeios nas zonas rurais.-----

Mas, essencialmente é urgentíssimo retirar a vegetação daquela curva pois obstrói completamente a visibilidade dos automobilistas.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Registo a chamada de atenção. Não sei se até já não foi tratado o assunto, mas se não foi será.-----

Creio tratar-se de uma área do domínio público, e se o for pode-se fazer o desbaste do canal.-----

Em relação aos passeios o Município tem vindo a desenvolver uma política intensa de pavimentação. São os sinais dos tempos. Tempos houve em que toda a gente reclamava a abertura de caminhos públicos, os quais naturalmente passaram a ser estradas, e hoje essas estradas carecem de ser repavimentadas. São cerca de mil quilómetros, uma área absolutamente desproporcional em relação às necessidades e aos meios existentes.-----

Utilizar-se-ão metade das verbas do Imposto Único de Circulação, porquanto a outra metade é para pagar dívida. Tais verbas são manifestamente insuficientes para a área e o comprimento de estradas distribuídas por todo o Concelho. Todavia, têm-se feito investimentos permanentes e contínuos. O ideal seria também construir passeios, mas muitas vezes a exiguidade dos meios não o permite.-----

Pontualmente, em áreas urbanas mais intensas e se se tiverem recursos financeiros para o efeito, poder-se-á ponderar a questão dos passeios.-----

A deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves decerto compreenderá que acudir à necessidade urgente de pavimentação não permite estar a percorrer todas as estradas onde intervimos com passeios, isto, como é óbvio, sem embargo de pontualmente o podermos fazer.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **M - RUA RANCHO DAS CANTARINHAS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

**NATÁLIA JERÓNIMO PIRES:** “Começaria por desejar as melhoras do Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira.-----

As obras de requalificação da Rua Rancho das Cantarinhas previam a pavimentação desde a Rotunda do Parque de Campismo até à Rotunda do Farol.-----



Qual a razão do troço no cruzamento dos semáforos não ter sido intervencionado? - Atualmente, no início da Rua Rancho das Cantarinhas, quem vem da Rotunda do Parque de Campismo percorre um piso novo, chegados aos semáforos depara-se com a estrada antiga toda remendada, cheia de altos e baixos, e alguns metros volvidas retoma-se o piso renovado.-----

Para além disso, constata-se uma falha na sinalização horizontal e logo no início inexistem marcações rodoviárias nesse troço.-----

Concluindo, o grupo municipal da Coligação Somos Figueira gostaria de saber as razões da descontinuidade na pavimentação e para quando se prevê a correção dessa situação, isto porque as obras, supostamente, já foram concluídas em junho de 2016."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A obra estava projetada e prevista, inclusive com a intervenção na área do cruzamento.-----

Entretanto, como sabem, a autarquia tem acompanhado o Ginásio Clube Figueirense no esforço que tem feito para requalificar a Piscina. Dado não ter financiamento para tal, o clube solicitou à Câmara uma alteração de pormenor tendo em vista permitir a construção de mais uma superfície comercial, que em venda pudesse libertar a receita necessária para a requalificação da Piscina. Este pedido foi aprovado em sede de reunião de Câmara, Assembleia Municipal, discussão pública, e veio permitir ao Ginásio Figueirense vender aquele espaço para mais uma superfície comercial. Posteriormente, e verificada a necessidade de se construir mais uma área de estacionamento, a pedido do Ginásio Clube Figueirense, a autarquia destinou uma área para esse efeito atrás da Tabacaria, criando ali alguma zona de desafogo. Obviamente, a entrada e a saída neste supermercado rentabilizado pelo Ginásio colocou questões de trânsito, nomeadamente, a necessidade de se executar uma rotunda em substituição do cruzamento, para, de alguma forma, facilitar a entrada e a saída naquele espaço.-----

Foi presente e aceite a proposta, e depois dos ajustamentos necessários ficou acordado disponibilizar ao construtor/empreendedor do espaço o dinheiro alocado para a requalificação daquele espaço, construindo ele próprio depois a rotunda e as entradas, etc.-----

Está-se à espera disso e segundo creio resolver-se-á em breve, pois o Ginásio já anunciou ir avançar com a obra e ela vai necessariamente começar por aí.-----

Foi esta a razão daquele troço não ter sido pavimentado.-----



No fundo, foi para compatibilizar os interesses já pré-definidos pela Câmara Municipal com os do Ginásio Clube Figueirense.” -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**N - NOVO LIDL - ESTUDO DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

**NATÁLIA JERÓNIMO PIRES:** “O grupo municipal da Coligação Somos Figueira pretende saber se foi efetuado algum estudo de tráfego rodoviário aquando da apresentação da proposta para o novo LIDL, na Rua de Billerud?-----

Porque, no entender deste grupo municipal, poderá estar em causa o bem estar dos residentes locais. Trata-se de uma artéria com bastante densidade populacional, habitualmente utilizada pelos munícipes e até pelos Bombeiros Voluntários.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Penso não ter sido realizado nenhum estudo de tráfego rodoviário relativo à instalação do novo LIDL, mas também a tal não nos obriga a lei.-----

Agora, isto é um bocado « ubi comoda ibi incommoda», porque as pessoas também acabam por beneficiar de um espaço, até agora inexistente, onde podem fazer as suas compras.-----

De qualquer modo, estão-me a dizer que o estudo foi feito, e facultá-lo-ei aos deputados municipais.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**O - ESTADO DE DEGRADAÇÃO DA RUA D. MARIA EM BUARCOS**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Natália Jerónimo Pires.-----

**NATÁLIA JERÓNIMO PIRES:** “Abordarei, agora, a questão da grande deterioração da Rua D. Maria, que vai desde o Cemitério de Buarcos até ao Hotel Atlântida Sol, e é uma paralela, no fundo, à Avenida D. João II na marginal.-----

Existe algum projeto para beneficiação desta rua? Na hipótese de não existir, poderá vir a ser contemplada num próximo projeto, tendo em atenção o forte crescimento populacional e até comercial sentido nos últimos anos?

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A intervenção na Rua D. Maria está prevista e orçamentada



em cerca de 190 mil euros. Está dependente da aprovação do ponto 5.4 da Ordem de Trabalhos desta sessão, ou seja, da aplicação do Mapa de Fluxos de Caixa no Orçamento de 2017. Isso irá permitir a intervenção nessas ruas.-----  
Aliás, de acordo com o Orçamento e o reforço de cerca de dois milhões e meio de euros, há já um projeto de intervenção a ser aplicado ao longo deste ano.-----  
Essa é a perspetiva do executivo municipal, assim o preço do petróleo lho permita. Se o preço do petróleo baixar, o custo da pavimentação também baixa, e depois também se tem de jogar com as épocas do ano com menos procura.-----  
Neste momento, estamos a entrar numa fase pré eleitoral, é capaz de aparecerem muitas câmaras a fazerem propostas e, portanto, se o preço aumentar muito guardaremos para depois estas obras. Mas, já se sente o preço.-----  
A Câmara trabalha sempre com preços baixos, ou, pelo menos, tenta.-----  
Começou-se com um preço de 06/07 € por metro quadrado e já se chegou a trabalhar a 03,50 € por metro quadrado. Obviamente, o pagamento a 10 dias também ajuda muito.”  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----  
**P - ALCATROAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Ana Laborda Oliveira.-----  
**ANA LABORDA OLIVEIRA:** “A minha questão surge no seguimento da intervenção da minha colega deputada municipal Natália Jerónimo Pires.-----

Quais os critérios de prioridades usados na pavimentação das artérias do Concelho da Figueira da Foz?-----

Também se me suscitam dúvidas relativamente ao alcatroamento do Parque de Estacionamento em frente ao Hospital Distrital da Figueira da Foz. Conforme é do conhecimento de todos, este localiza-se numa zona de jurisdição do Ministério do Ambiente, nomeadamente, da Agência Portuguesa do Ambiente.-----

E fazendo uma comparação, por exemplo, com as Estradas Florestais que não podem ser intervencionadas pelo Município da Figueira da Foz por estarem sob a tutela do Governo Central, gostaria de perceber as razões pelas quais se agiu de forma diferente no Parque do Hospital, sem embargo de considerar que este alcatroamento fez muito sentido.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----  
**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Anoto a sua intervenção, pese embora, seja neste caso



questionado por fazer e não por não fazer.-----  
Como compreenderá, tornava-se absolutamente necessário executar uma pavimentação adequada daquele espaço, aliás na continuidade das obras feito até dentro do Hospital.-----

Aquilo está num estado miserável, daí termos previsto uma intervenção. A Agência Portuguesa do Ambiente alertou-nos para o facto daquele espaço estar sob a jurisdição do Município, apenas lhe pertencendo algumas zonas, especificamente, uma área especial do zonamento. Depois deste alerta, tratadas e obtidas as licenças, consensualizadas as vontades, pôs-se «mãos à obra».-----  
Em suma, estas obras foram concretizadas com a concordância da Agência Portuguesa do Ambiente.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **Q - GESTÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS/ESTRATÉGIA PARA A FIGUEIRA DA FOZ**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Envio votos de melhoras físicas ao Presidente da Assembleia Municipal, José Duarte Pereira.-----

Começarei com uma pequena nota. Sempre suspeitei que no Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz havia um social democrata a querer sair da camisola socialista, por isso mesmo, felicito a sua deriva liberal não só por lhe ficar bem, mas também por ser o melhor para a Figueira da Foz.-----

Aproveitando esta deriva fora da box, também saúdo a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, pois sendo uma companheira marxista falou no supremo criador, e isso também lhe fica muito bem.-----

Posto isto, questionarei o que o Presidente da Câmara Municipal não fez. Falarei um pouco de estratégia e de projetar a Figueira da Foz para os próximos anos.---

O atual Governo prepara-se para alterar a gestão das áreas protegidas, concedendo às Câmaras Municipais poderes acrescidos. Fala-se até na «municipalização da gestão das áreas protegidas». Ora, este é um assunto absolutamente fundamental para o Concelho da Figueira da Foz.-----

O Concelho da Figueira da Foz é gerido em mais de metade do seu território por outras entidades que não a Câmara Municipal. Esta questão parece-me absolutamente estratégica para o Concelho.-----

Este assunto causa desde já algumas complicações à solução governativa, não usarei



o termo «geringonça» por pensar não ficar bem. A atual solução governativa terá necessariamente nesta matéria alguns problemas a resolver, porque os partidos à esquerda do Partido Socialista já deram nota da sua não concordância com a «municipalização da gestão das áreas protegidas».

Contudo, a Câmara Municipal da Figueira da Foz ainda é socialista e tem aqui maioria absoluta para poder atuar.

Por isso mesmo, gostaria de saber, segundo aquilo que é do domínio público não oficial, mas oficiosamente, quais os planos da Câmara Municipal para intervir nesta matéria, designadamente, quanto à gestão destas áreas protegidas tão importantes para o futuro do Concelho da Figueira da Foz?"

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Seria preferível o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco ir ao meu gabinete perguntar-me o que eu ando a fazer.

Porque quando se está num processo de construção, falar publicamente é sempre mais complicado, compromete-se o interlocutor e este não está presente. Mas, há aqui um princípio de dar nota pública do que se vai fazendo.

Passando a parte do liberal, sou liberal na economia, e social na ação social, este é e sempre foi o meu paradigma. Não interessa se sou socialista ou social democrata, interessa-me sim saber qual é o papel do Estado e que tipo de políticas públicas devo assumir. Assim me defino na política, porque não me sinto bem com compromissos de ordem ideológica, não os descurando todavia. E a parte espiritual deixo aqui para a deputada municipal pois não tem nada a ver ao caso.

Áreas protegidas, «municipalização», Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., bela matéria como dizia o outro.

Como sabe, houve um zonamento de proteção de áreas e um excesso de zelo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. Não fazia nem deixava fazer, muito típico do português. Depois há um outro tipo, o ter raiva a quem faz alguma coisa, também se vê muito e é o pior. Também há aquela fama dos autarcas quererem construir campos de golfe.

E houve de facto exageros e excessos ao longo do tempo, mas hoje, há uma certa consciência ecológica, ambiental, e todos percebem que preservando o ambiente e as áreas protegidas se está a valorizar o território.

No Município da Figueira da Foz constata-se uma situação delicada, 66% da sua área está condicionada, ou tem condicionamentos de Reserva Ecológica Nacional ou Reserva Agrícola Nacional, Área Protegida, de Plano de Ordenamento Costeiro, ou



condicionamentos de área portuária. Ao todo são 66% da sua área.-----  
O Município para conquistar um metro quadrado vê-se aflito, e por vezes há vontade em fazer e o problema é não nos deixarem fazer.-----  
A intervenção ao nível da Serra da Boa Viagem foi uma luta de anos. Conseguiu-se celebrar um protocolo para se poder asfaltar. Tem de se pedir licença ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. para qualquer tipo de intervenção. O Município tem recorrido aduas equipas de sapadores florestais, mantendo mais ou menos em condições a Serra, e toda a área turística de picnic, merendas, trilhos, limpando os matos, e protegendo as áreas mais sensíveis.-----  
Mas, subsiste depois uma longa área onde não se consegue chegar porque, obviamente, os recursos não são elásticos.-----  
Não posso dizer aos munícipes que vou gastar 10 milhões de euros nas Lagoas ou na Serra da Boa Viagem e deixar depois de cumprir os serviços essenciais. Há todo um equilíbrio de despesa e de oportunidade a ponderar antes de se proceder a qualquer intervenção.-----  
Nessa perspetiva, avançou-se com um projeto inédito a ser realizado inter-regiões ao nível europeu, ao qual a autarquia se candidatou, prevendo-se um nível substancial de intervenção, salvo erro de cinco milhões de euros, para o Projeto Life. Mapearam-se todas as áreas protegidas, definiram-se as intervenções necessárias à sua preservação e manutenção e apresentou-se a candidatura. Se esta for aprovada, far-se-á uma intervenção sistemática nas áreas protegidas com dinheiros de fundos estruturais. Depois, passar-se-á ao plano de ação e proceder-se-á a todo o trabalho de desmatação, limpeza de desinfestantes, reflorestação, etc.-----  
Normalmente estas candidaturas não passam à primeira, esperemos que esta passe. A Vereadora Ana Carvalho Oliveira está com muita esperança, eu, enfim, estou com uma esperança moderada.-----  
O projeto será uma parceria desenvolvida entre a Câmara Municipal e as duas ou três unidades, com a participação ativa da Cimentos de Portugal e da Celulose Beira Industrial, S.A., pois também têm intervenções de impacto ambiental e estão interessadas em participar neste processo. Mais a Cimentos de Portugal porque também é detentora de cerca de 20 hectares de área protegida.-----  
Não gostaria muito de estar a falar já deste assunto, por ainda estarem a decorrer as negociações, mas o objetivo do Município da Figueira da Foz é, numa fase inicial, despoletar a instrução do processo de candidatura à UNESCO com um



Geoparque. Do meu ponto de vista, reunimos os requisitos e condições necessárias para o efeito. Trata-se de uma promessa de longa data e temos de começar a trabalhar nisso.-----

Não vos poderei dizer quando o processo estará concluído, posso, isso sim, ir dando notas das diligências entretanto efetuadas.-----

Existe uma pré disponibilidade do Município da Figueira da Foz para se candidatar junto da Autoridade Nacional da UNESCO em Portugal. Realizar-se-á em breve uma reunião para tentar equilibrar esta candidatura com a Câmara da Lourinhã, nomeadamente, no tocante à preservação e manutenção do Jurássico Terciário. A iniciativa do «Prego de Ouro» constituiu o despoletar do processo. Ir-se-á tentar construir e instruir este processo por forma a que possa ser validado. E com isto requalificámos.-----

Medidas imediatas e ao nosso alcance - acompanhar as comunidades locais, as gentes de Bom Sucesso na limpeza das Lagoas, requalificar os espaços, alguns deles vandalizados, enfim, um trabalho conjunto e na medida dos recursos da autarquia. Outro espaço também na abrangência da área protegida, o Campo de Golf de Bom Sucesso terá necessariamente de ser reconvertido com outro projeto. Dei nota aos interessados da hipótese de se fazer um Parque Ecológico. A ideia está em estudo, o processo ainda está em standby, mas prudentemente manteve-se a desafetação da zona, a ver se se consegue ali um empreendimento turístico de ordem ambiental, compatibilizando os interesses de proteção da natureza e de desenvolvimento turístico.-----

Pessoalmente sou a favor da «municipalização» destas áreas, porque o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. não tem nem vontade, nem conhecimento, nem meios para executar intervenções profundas nestas áreas.-----

Portanto, venham de lá as competências, o Município da Figueira da Foz cá estará para as exercer, obviamente com as condicionantes de ordem ambiental exigíveis. - Não pode nem deve haver aqui livre arbítrio, tem de haver uma definição de proteção ambiental. Aliás é nesse sentido que se deseja intervir.”

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**R - ACESSIBILIDADES NORTE/SUL E ESTE/OESTE**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Vive-se um momento muito peculiar e crucial em termos de





acessibilidades. E não vou falar para já nas acessibilidades dentro do Concelho, mas das inerentes à posição estratégica do Concelho da Figueira da Foz no tocante à ligação Norte - Sul, desde o Norte de África à Galiza, e à ligação Este - Oeste, do Oceano Atlântico para a Espanha.-----

Não ouvi ainda a posição do Município da Figueira da Foz em relação ao Ramal da Pampilhosa, à transformação do atual IP3 em autoestrada, e, finalmente, à possibilidade de se ter aqui um aeroporto a 45 minutos de distância.-----

Toda a gente fala no Montijo como sendo uma solução esgotada, no sentido de resolvida.-----

Porém, aproveitando a circunstância do Presidente da Câmara da Figueira da Foz ser também o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e de o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra ser simultaneamente Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ou seja, de haver aqui uma concentração de poder do Partido Socialista como nunca houve nos tempos mais recentes, em meu entender, a responsabilidade é total quanto a dimensionar a Figueira da Foz em termos de acessibilidades.-----

Portanto, gostaria de saber não as promessas porque para isso basta ler os jornais das últimas semanas, mas efetivamente, o que já foi feito pela Câmara Municipal da Figueira da Foz em relação a estes dois assuntos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A linha da Lousã não tem nada a ver com a Câmara Municipal da Figueira da Foz. Não gostaria de meter a «foice em seara alheia».-----

Ramal da Pampilhosa. A autarquia ambiciona o crescimento da zona portuária. Foi concluído um estudo em parceria com a administração do Porto da Figueira da Foz e com a Comunidade Portuária, do qual se deu nota à Ministra do Mar. Ela própria fez aqui um anúncio público da disponibilidade para investir cerca de 20 milhões de euros do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, e fez um apelo à iniciativa privada para que colabore no resto. Numa perspetiva social democrata aplaudo a iniciativa. O modelo está a ser construído e poderemos ter a breve prazo novidades. Desta forma, o Porto poderá ampliar a sua capacidade de cabotagem para cerca de 3,5 milhões de toneladas e com isso reativar o Ramal da Pampilhosa.-----

Para já, não gostaria de me comprometer com o Ramal da Pampilhosa. Em parceria com o Município de Cantanhede pondera-se o seu plano de sustentabilidade. Hoje, de facto, os investimentos em infraestruturas exigem um plano de sustentabilidade, e se se conseguir atingir esse patamar poder-se-ia, quem sabe, reativar o Ramal da



Pampilhosa.-----  
Mas grosso modo, todo o Ramal está obsoleto. Atualmente, já não é possível às composições circularem nos seus carris, portanto, levantá-los é uma questão de economia. Tem-se procurado insistentemente uma solução sustentável. A seu tempo o veremos.-----  
Acompanho discretamente a questão de Monte Real. Não estou num dia a favor e no outro contra, nem digo ser uma questão para esquecer. É um processo para se ganhar a prazo. Quando, não me perguntem. Seguramente depois de eu deixar estas atividades públicas. Gostaria de ser ainda vivo quando lá se puder aterrar.-----  
Mas qual é o ponto da situação? Mais uma vez temos de criar sustentabilidade, temos de arranjar um operador.-----  
O Presidente da Câmara Municipal de Leiria está bastante ativo a esse nível. Temos uma manifestação de vontade ou uma abertura de um operador de low cost, e outros virão certamente. Todavia, a questão da Base do Montijo teria de estar fechada e encerrada, porque isto implica com as linhas de defesa e com a atividade da força aérea.-----  
Ou seja, encerrado o processo do Montijo, ter-se-ia de verificar qual é a disponibilidade do aeroporto de Monte Real.-----  
O aeroporto de Monte Real permite a compatibilização de uma aerogare civil numa parte muito delicada da sua área, a Norte/Oeste, mas torna-se necessário saber-se o que se quer para junto da Força Aérea se apresentarem os nossos argumentos, a quantidade de voos previsíveis, etc., e a partir daí se iniciar o processo de discussão. Isto implica um estudo.-----  
Manifestei a disponibilidade e abertura da autarquia em participar nele, mas em princípio, este será assumido pela Região quer de Coimbra quer de Leiria.-----  
Do meu ponto de vista, a médio/longo prazo este objetivo será possível. Neste momento, o passo que se segue é apresentar-se um estudo consolidado que possa servir de base de trabalho para um processo de discussão junto das entidades, Governo e Força Aérea.-----  
Obviamente, isso depende dos fatores entretanto coligidos. De qualquer modo, eu de uma forma discreta participo ativamente no processo, pois estas matérias não se conduzem com afrontamentos, mas com justificação e convencimento.-----  
O IP3 é um processo dramático, tendo a ver connosco. Trata-se de uma estrutura mal construída e mal mantida ao logo dos tempos. Conforme já foi anunciado pelo Ministro, numa fase inicial projeta-se uma intervenção imediata para manter os



mínimos de segurança nessa estrada.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**S - ESCULTURA CARDUME JUNTO AO PASSEIO DA MARINA**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Agostinho Pereira da Cruz.---

**AGOSTINHO PEREIRA DA CRUZ:** “Em finais de 2016 foi inaugurado junto à marina um monumento cuja placa diz «Cardume - memória ao antigo Cais da Sardinha (30/10/2016)». Alguém colocou por cima um autocolante onde se pode ler «Praia da Sardinha».-----

Não sendo a Coligação Democrática Unitária responsável por isso, concorda com essa emenda e pede ao executivo municipal a colocação de uma nova placa com a designação de «Praia da Sardinha».-----

Aquele local sempre foi «Praia da Sardinha» e não «Cais da Sardinha». Nasci e fui criado na Figueira da Foz, molhei os calções naquela praia, andei ali a apanhar muita sardinha, aprendi a nadar na piscina ao lado, propriedade do Araújo. Por isso acho muito mal não se corrigir o nome.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A questão do «Cais da Sardinha» é uma questão muito discutível, mas interessante.-----

Os únicos dados históricos que o Município possui são, salvo erro, as notas de um figueirense Dr. José Jardim, datadas de 1920, situando a Praia da Sardinha em frente ao Fortim de Buarcos.-----

Efetivamente era aí a Praia da Sardinha. Posteriormente, com a construção do molhe e o inerente afastamento, o desembarque da sardinha passou para ao pé da piscina do Araújo.-----

O Vice-Presidente da Câmara, nas suas pesquisas descobriu um Bilhete Postal denominando o local de «Cais da Sardinha». Bom está aqui a expressão.-----

A peça artística colocada no local foi ali inserida no âmbito das comemorações dos 50 anos do Porto da Figueira da Foz, tendo sido paga a meias pelo Município e pela administração do Porto. Traduz-se num memorial ao local onde era feito o desembarque da sardinha.-----

Os livros antigos situam a Praia da Sardinha no Fortim de Palheiros em Buarcos e até 1950 ali aconteceu o desembarque da sardinha, mas posteriormente, como já disse com a construção do molhe, o desembarque passou para este lado.-----



Poderei mudar-lhe o nome para «praia» se me apresentar uma prova concludente e objetiva de que o local assim era designado.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Eu lembro-me daquilo se chamar Praia da Sardinha, e sou mais velha que o Vice-Presidente da Câmara.-----

Tenho aqui duas fotografias antigas a preto e branco onde se pode verificar que Cais não é, porque um cais tem outras características. Terei muito gosto em mostrá-las ao executivo municipal, ou até mesmo oferecê-las, porque onde eu as recolhi há mais iguais.-----

Muito provavelmente no espólio fotográfico do nosso saudoso camarada fotógrafo Cruz haverá certamente, quase ponho «as mãos no fogo», fotografias da Praia da Sardinha.-----

Esta não é uma teima, apenas uma observação, mas reiterando as palavras do meu camarada, a Coligação Democrática Unitária ficou muito contente com a emenda. Não é da sua autoria, não sabe quem foi, não quer saber quem foi, mas não tem raiva a quem sabe.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Eu conheço as fotografias mas foram tiradas na maré baixa, porque com a maré alta já não há praia.-----

A opção pelo Cais deve-se ao facto de ser um cais e se estar a comemorar os 50 anos do Porto da Figueira da Foz.-----

Não tenho nada a opor. Se demonstrarem pública e exuberante acima de qualquer dúvida ou suspeita, altero o nome para Praia da Sardinha.-----

Venham de lá os documentos. Até 1950 a Praia da Sardinha era no Fortim dos Palheiros e isso sabe-se com base em provas documentais.-----

Denominámo-lo na convicção plena de que era um Cais, porque não deixa de o ser, e no âmbito de uma comemoração inerente à atividade portuária.-----

Existia, de facto, praia onde hoje está o Jardim e a Praça Nova, mas deixou de o ser quase no fim do século XIX. Estarei absolutamente recetivo à prova documental.”

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### **T - REQUALIFICAÇÃO DA ZONA ENVOLVENTE AO COLISEU FIGUEIRENSE**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Agostinho Pereira da Cruz.---

**AGOSTINHO PEREIRA DA CRUZ:** “No Touril da Figueira da Foz a Câmara Municipal está



a fazer obras, aliás já as iniciou com a intervenção naquele muro cujas fissuras poderiam pôr em perigo o tabuleiro de cima onde está o Coliseu.-----

Mas, tanto quanto se sabe, o projeto da Câmara é na sua totalidade na envolvente do Coliseu, a partir da Rua Actor Dias até à Travessa do Viso, Rua Joaquim Sotto Mayor, será isso mais ou menos.-----

Também, tanto quanto sei, a administração do Coliseu Figueirense só aceita que a Câmara intervenha na parte do estacionamento e no muro, colocando de fora a parte do Coliseu e das ruas envolventes.-----

Até lá tem uns pinos colados no chão para delimitar a propriedade do Coliseu da Figueira da Foz.-----

A comunidade ali residente está convencida que as obras vão ser concluídas e os passeios recuperados.-----

A Coligação Democrática Unitária pede à Câmara Municipal da Figueira da Foz para não ceder a pedidos do Coliseu Figueirense, executando na íntegra as obras projetadas para o local."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A Câmara inscreveu uma intervenção na área do Coliseu, minimalista mas de grande impacto, a qual à semelhança da rotunda à entrada da cidade, tinha de ser candidatada até 31 de dezembro para de alguma forma se obter uma majoração no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano, e com isso uma comparticipação de 85%.-----

O projeto estava em elaboração e mereceu depois aqui uma firme oposição do cidadão Miguel Amaral. Mandeí analisar a situação, até disponibilizei certidões e os únicos documentos de que disponho ao Dr. Carlos Tenreiro. Depois há aqui um conjunto de prova factual. Todavia, prevendo um litígio na discussão do domínio e da propriedade sobre aquela área e para não colocar em causa o projeto, limitou-se o mesmo à intervenção nas áreas seguramente à margem de qualquer litígio.-----

Mas de resto preciso da sua colaboração e conto com ela para demonstrar, se for caso disso, que toda a área envolvente do Touril e do Coliseu pertence ao Município da Figueira da Foz, aliás como os documentos o parecem demonstrar.-----

Não quis prejudicar o projeto e por isso limitei-o feita a demonstração sem qualquer tipo de oposição, e avançou-se com a candidatura para o resto da área."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A intervenção da Coligação Democrática Unitária prende-se com o facto dos populares daquela zona nos terem abordado, elogiando o belíssimo



projeto do Município da Figueira da Foz, que em muito iria favorecer a sua mobilidade e até a sua segurança, comentando não estar o mesmo a prosseguir por a administração da Companhia Coliseu Figueirense reivindicar a propriedade do espaço, tal como reivindicava a posse do espaço de estacionamento neste momento já em intervenção, e do muro adjacente mencionado pelo meu camarada Agostinho Pereira da Cruz.-----

A nossa colaboração traduzir-se-á em apoiar as populações na sua pretensão de verem melhoradas as suas condições.-----

Porque o trabalho investigativo tem de pertencer à Divisão de Urbanismo da Câmara Municipal, dotada de mecanismos e ferramentas que a Coligação Democrática Unitária não possui, e que é pago para resolver este tipo de questões.-----

O ónus da prova cabe sempre a quem contesta a legalidade de alguma coisa. Ora, se o Presidente da Administração da Companhia Coliseu Figueirense avoca a propriedade do Coliseu, então terá de apresentar documentação fidedigna sustentando a sua pretensão. Não deverá também a Câmara Municipal e, nomeadamente a sua Divisão de Urbanismo, esgotar as suas energias, o seu tempo, saber ou labor em desfavor de matérias eventualmente também elas muito urgentes e prioritárias, para provar um facto colocado em causa por um cidadão, na sua qualidade de presidente da direção de uma organização, neste caso, o Coliseu Figueirense.-----

A ele caberá o ónus da prova. Estou a recolher com muito agrado a concordância dos deputados municipais socialistas atrás de mim. Isto é absolutamente pacífico e é normal que assim seja."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Concordo convosco mas preciso de ajuda, porque a prova documental é exuberante, mas depois dizem-me não, e tem sido assim ao longo dos tempos.-----

A relação de domínio é uma área difícil, por isso mesmo, os vossos testemunhos servem para confortar a prova documental.-----

O Município não pode apresentar candidaturas em ambiente de litígio, e por isso mesmo limitei o projeto. Necessito de testemunhos que me ajudem na descrição da evolução do domínio."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----



**4 - APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO:**

**4.1 - INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A Coligação Democrática Unitária alerta uma vez mais para uma questão pertinente, mas importante.-----

Este documento comporta seis reuniões de Câmara, a primeira em novembro e a última em 16 de janeiro, ou seja, no entender da Coligação Democrática Unitária, as três primeiras reuniões de Câmara deveriam ter sido presentes à sessão da Assembleia Municipal de dezembro, porque aí sim, fariam sentido. Agora estão desfasadas no tempo, não valendo a pena falar delas.-----

E cito, a título de exemplo, a iluminação do Natal e a proposta da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz para essa época festiva, mencionados neste documento. Ora, neste momento, já se está a pensar no Natal e nas prendas de 2017, pois o de 2016 é passado.-----

Todavia, permitir-me-ei comentar algumas informações inseridas neste dossier.---

A páginas 02, dá-se nota da atribuição da Medalha de Mérito Desportivo em Prata Dourada ao cidadão Augusto Alberto Pinto Rodrigues. A Coligação Democrática Unitária regozija-se pelo facto do Município da Figueira da Foz prestar público reconhecimento ao valor dos cidadãos nas diferentes áreas de atividades, e no caso vertente, a um cidadão e seu camarada, um desportista de mão cheia.-----

A páginas 08, menciona-se a abertura de um procedimento, por ajuste direto, para recolha seletiva de roupa e calçado, têxteis diversos, brinquedos e material escolar usados. Há já dois ou três anos, em conversas informais de café, falando dos contentores azulinhos instalados junto à Escola do Viso, onde está hoje a ser intervencionado o Parque de Estacionamento, algumas pessoas disseram pensar que se tratava de um projeto solidário. Por isso mesmo, separavam as roupas, cosiam os botõezinhos em falta, lavavam e passavam a ferro com muito cuidado, iam lá colocá-la, e repito, convencidos de estar a colaborar num projeto solidário. E afinal aquilo era um negócio! Traduz-se na venda de artigos em segunda mão, o chamado negócio de ocasião. A Coligação Democrática Unitária não pode compactuar com isto. Considera mesmo muito feio este tipo de atuação.-----



Nas páginas 10 e 13, fala-se numa intervenção na Escola de Cunhas, na Freguesia de Moinhos da Gândara. A Coligação Democrática Unitária sempre se opôs ao encerramento indiscriminado de estabelecimentos de ensino, nomeadamente, escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Todavia, do seu ponto de vista, as escolas esvaziadas de crianças deveriam ser aproveitadas em projetos de fruição da comunidade, bibliotecas, etc. Neste caso, aprova-se um contrato de parceria entre o Município, a Freguesia e a Encantos - Associação de Inovação e Tradições, para uma utilização privada.-----

A Coligação Democrática Unitária não teve oportunidade de conhecer a Associação em causa, daí solicitar ao Presidente da Câmara alguns esclarecimentos, designadamente para saber se se justifica uma intervenção num espaço público para depois deixar de o ser.-----

A páginas 12 e sobre a «famigerada» (do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária) nova unidade de comércio da SONAE, a instalar nos quintais, por jeito já vendidos, em frente ou junto ao Centro de Saúde de Buarcos, diz-se que o Parque de Estacionamento terá de ser público e ter um lugar de alojamento de autocaravanas, dotado de esvaziamento de cassetes, e provavelmente, abastecimento de água.-----

Será mesmo o que eu estou a pensar?-----

Sou caravanista e por isso mesmo mais sensível a este problema. Por diversas vezes estive tentada a convencer os meus camaradas a trazer a esta Assembleia Municipal a questão das autocaravanas estacionadas junto à foz do rio, na perspetiva da salubridade e saúde públicas. Isto porque algumas pessoas não têm o mínimo pejo em esvaziar as cassetes junto aos buchos onde está a vegetação, causando um cheiro execrável exponencialmente insuportável no tempo de Verão, e a conseqüente fuga dos caravanistas para junto da estrada, quando ali arranjam lugar.-----

Mas, a instalação desta estrutura na futura unidade da SONAE não resolverá o problema. Os auto caravanistas vão continuar a preferir a foz do rio e a marginal de Buarcos, por estarem de frente para o mar. A água tem aquele atrativo impossível de ultrapassar de que falava José Régio.-----

A instalação deste tipo de equipamento deveria ser feita num sítio público, porque esta é uma cidade com vocação turística e o caravanismo é uma forma de turismo, não obstante, os senhores hoteleiros por vezes poderem torcer um bocadinho o nariz ao ouvir isto.-----

Direi mesmo, há pessoas que nunca farão turismo de hotel por falta de dinheiro e por falta de vontade. Eu própria padeço desses dois males.-----





A parceria com o Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz, citada na página 13, para a realização conjunta de um projeto cultural no âmbito do ensino da educação pré-escolar, define deveres e obrigações de ambas as partes.-----  
Conhecendo a Coligação Democrática Unitária a história da requalificação do antigo Matadouro, a forma como aquele equipamento foi entregue de mão beijada ao Dr. Calvete e seus amigos e sócios, e não pretendo pôr nenhum assento na palavra amigos, fica agora chocada ao ver incluídos nesta parceria deveres e obrigações por parte da Câmara Municipal. O Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz, esse sim, tem deveres e obrigações para com esta Câmara Municipal, o Município e a sua população não têm obrigações nenhuma para com aquele Instituto. Por fim, pretendia saber qual o montante envolvido neste momento em matérias de contencioso do Município? Não necessito da descrição das rubricas nem qualquer mapa explicativo, apenas o total de dinheiro envolvido em processos contenciosos.”  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----  
**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Numa hora consigo responder a isto tudo, no entanto, vou tentar fazê-lo em vinte minutos.-----  
Em relação à roupa e calçado usados, eu também pensava que a iniciativa seria para fins caritativos e sociais. Mas, o Município também estará disponível para colocar uns contentores destinados a recolha de roupa e calçado, no âmbito de uma política urbana de reciclagem, visando não misturar camisas com matéria biodegradável.---  
Se houver alguma Instituição Particular de Solidariedade Social interessada em receber estas roupas e calçado, tratando-as e levando-as a eventuais beneficiários, a autarquia colaborará no projeto. Embora eu não goste muito desta caridadezinha. Neste processo mencionado na página 08, abriu-se o concurso, várias operadoras concorreram, tendo ganho a EPITEC num processo até com alguma contestação.-----  
Quanto ao projeto para a Escola de Cunhas, satisfaz-me e agrada-me. Uma escola primária feita pela comunidade local e, agora, na inatividade reverte para a própria comunidade. A Associação tem lá um Grupo de Cantares que desenvolve uma atividade cultural significativa, e a Câmara apoia-a neste pequeno projeto de dinamização cultural.-----  
Relativamente à unidade comercial da SONAE, o Município quando licencia tenta sempre, na medida do possível, ter reversão de interesse público - desenvolva lá a sua unidade mas dê-nos o máximo de estacionamento público, dentro de uma perspetiva razoável. Consequentemente, conseguiram-se ali uma centena de aparcamentos disponíveis para servir a Praia de Buarcos, uma mais valia no tratamento da



envolvente, traduzindo-se num condicionamento ao investimento em prol do interesse público.-----

Eu também já fui caravanista, tive uma autocaravana, mas fiquei com uma alergia tão grande ao caravanismo que já a vendi. Não é por causa do conforto e de ser agradável. Quando fazia os meus percursos ia para os parques de campismo.-----

Não há dúvidas quanto à necessidade de um esgoto para despejo das cassetes.-----  
Porém, pergunto qual a legitimidade de quem possui uma autocaravana estacionar na Avenida central de todas as cidades? E chegar no dia seguinte com a cassete e despeja-la para o esgoto?-----

É um problema generalizado. Como dizia José Régio é um problema impossível de ultrapassar. O Município da Figueira da Foz criou um espaço onde as autocaravanas se podem alocar, precisamente para evitar o despejo em locais impróprios. Mas deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, o local próprio das autocaravanas é nos parques de campismo. É para isso que se constroem parques de campismo, com balneários, infraestruturas, e investimentos públicos. As carteiras estão magras e por isso mesmo têm os parques de campismo. Eu repito, quando fazia caravanismo ia para os parques de campismo.-----

O auto caravanismo no plano de mobilidade tem de ter zona de estacionamento condicionado, tal como acontece em todas as cidades da europa. E sujeito também a pagamento. E como aquele espaço era zona de estacionamento temporário não se tornava necessário ter uma estrutura de esgoto/vazamento. Contudo, sou muito sensível a este argumento, portanto, rendo-me à evidência e a autarquia tratará de lá colocar a estrutura.-----

Mas eu gostaria de ver as autocaravanas no Parque de Campismo. Os auto caravanistas não têm nenhum privilégio sobre os outros cidadãos pelo facto de terem uma autocaravana.-----

Percebo as razões da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz não gostar do Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz. Se calhar a parceria foi mal montada, tem toda a razão. Mas não é por isso que agora vamos deixar de retirar benefícios. Já que cá está ao menos que se aproveite!-----

Projeta-se uma atividade cultural a ser desenvolvida a favor da comunidade, venha ela! Não é «Vade retro Satanás» e do Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz não querer nem o bom nem o mau. Venha a parte boa, pois, pelo menos, minimiza o impacto da parceria, sobre a qual não me pronuncio por desconhecer aprofundadamente o processo.-----



O montante do contencioso é muito subjetivo. O Município tem vários tipos de ação descritas no mapa enviado aos deputados municipais.-----

Num dos processos antigos, de pura responsabilidade objetiva, por causa de um muro, o senhor Juiz achou por bem condenar o Presidente da Câmara a pagar 10% do seu ordenado, caso se verifique atraso de um dia que seja no cumprimento da sentença. Vejam só a dimensão e a missão de risco dos cargos políticos.-----

Existe uma série de pequenos contenciosos, pequenas questões, e processos relevantes há dois - - o da Tratofoz, S.A., sobre o aterro de resíduos em Maiorca, e o da Habiserve, Ld.<sup>a</sup>, vulgo Mercado Municipal.-----

O contencioso da Tratofoz, em meu entender, conseguir-se-á resolver amigavelmente. Em causa está uma negociação, salvo erro ocorrida em 2004/2005, entre o Município e a empresa Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ld.<sup>a</sup>, para execução de um aterro de resíduos industriais banais, ou seja, não poluentes. Portanto, os Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Ld.<sup>a</sup> com esse licenciamento desenvolveram uma série de projetos. Depois numa fase final houve uma oposição das populações à instalação do aterro, e o Presidente de Câmara da altura achou por bem não prorrogar o prazo de construção e respetiva licença. Isso conferiu um direito que está a ser discutido entre a Tratofoz e o Município da Figueira da Foz. Estamos em fase de contencioso, mas parece-me ser passível de negociação, reduzindo a eventual indemnização aos custos de projeto e aos gastos efetivos.-----

Temos jurisprudência e uma lei não favorável à Câmara, é um processo de risco, por isso, razoavelmente impõe-se uma negociação.-----

Processo mais complicado, efetivamente é o da Habiserve.-----

Como sabem em 1985 a autarquia fez um contrato-promessa de compra e venda, através de uma escritura pública do espaço do Mercado, e cedeu em alternativa um espaço no topo das Abadias onde seria instalado o Mercado Municipal. E com base nesse contrato-promessa, que no fundo também cria obrigações, a Habiserve começou a construir o tal ex-futuro Mercado Municipal.-----

Entretanto, em boa hora e bem, houve manifestações de desagrado a esse negócio e a Câmara acabou por não declinar, não fazer nada, isto é, permitiu aquela intervenção e depois nada fez. Beneficiou de algumas infraestruturas, nomeadamente na pavimentação, mas todo esse processo também está em discussão. Ao fim dos anos, quando estava prestes a caducar, a caducidade operava 20 anos depois, a Habiserve interpôs a ação em Tribunal pedindo apenas para o Município da Figueira da Foz ser condenado. No fundo queria, quer e pugnou por uma condenação da autarquia por



incumprimento do contrato-promessa.-----  
Em 1999/2000, o então Presidente da Câmara Dr. Pedro Santana Lopes mandou destruir o Mercado construído pela Habiserve, e tem de se decidir e resolver este problema. A solicitação do Juiz do processo a Habiserve arrogou-se a uma indemnização de 20 milhões de euros, invocando os apartamentos que deixara de vender, o custo da construção do mercado e com a conseqüente destruição do mesmo.-----  
É um processo delicado. O Município contestou, colocou em causa os valores, mas de facto assinou um contrato que depois não cumpriu. Aguardemos as implicações. O facto de pedirem 20 milhões de euros não quer dizer que seja esse o valor indemnizatório fixado na conclusão do processo.-----  
Chama-se a isto contingentação, obviamente isto é reportado em termos de Orçamento municipal. Eu gostava bem de poder limpá-lo todo. Já consegui limpar vários destes processos, nomeadamente, o Parque Desportivo de Buarcos, o saudoso Parque de Estacionamento subterrâneo aqui à volta da Câmara e tantas outras coisas.”-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----  
**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Agradeço os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Câmara Municipal, uns agradaram-me e outros não.-----  
A Coligação Democrática Unitária ficou contente com a Escola de Cunhas ser cedida a uma Associação autóctone e que preserva as tradições.-----  
Abordou também a questão da Habiserve e do novo Mercado que acabou por o não ser. A Coligação Democrática Unitária, por diversas vezes e em diferentes sessões da Assembleia Municipal, alertou para um problema de perigo público ligado a esse local, sem obter uma resposta cabal.-----  
O fosso onde seria instalado esse novo mercado está parcialmente tapado, e em anos chuvosos acumula bastante água, quase formando um lago. Localizando-se na periferia de escolas com uma população estudantil jovem e curiosa, se um dia acontecer algo menos favorável, coisa não desejável nem de perto nem de longe, quem poderá ser responsabilizado? Os danos nunca se pagam, sabe-se isso. Não é uma questão do dano, é uma questão de peso moral. Não se trata aqui de dinheiro.-----  
Falou do Instituto Tecnológico e Profissional da Figueira da Foz e de se aproveitar a sua parte boa. Eu concordo integralmente com o Presidente da Câmara nesse aspeto de se aproveitar o bom. Mas é o Instituto a ter deveres e obrigações para com o Município e não o contrário.-----  
Muito obrigado se as minhas palavras em relação às caravanas levaram o Presidente da Câmara e o seu executivo municipal a considerar o problema de saúde pública e



a fazer algo.-----

O Presidente foi caravanista, devendo saber, portanto, que uma autocaravana aparece registada no livreto como um veículo ligeiro, e a ser assim, o impedimento de estacionar é ilegal. Muita gente já foi multada, não pagou e não lhe aconteceu nada. Eu sou muito respeitadora. Se chego à Nazaré e não me é permitido estacionar, vou estacionar mais longe.-----

Mas falemos da Figueira da Foz. Por exemplo, há dois anos, estive no Parque de Campismo de Olhão e este tinha um serviço diário de transporte porque fica fora de portas e não está localizado no núcleo habitacional da cidade de Olhão. O Parque Municipal de Campismo da Figueira da Foz não tem esse tipo de transporte. No Verão passava lá o Comboiozinho, uma iniciativa que depressa e «à Lagardère» se transformou em transporte público, muito por ausência de fiscalização.-----

Se houver transporte tudo bem. Agora com os transportes miseráveis desta cidade!... Se tivéssemos bons transportes o Parque de Campismo seria uma maravilha. Mas não temos! E normalmente os auto caravanistas são pessoas a partir de uma determinada faixa etária, ou seja, já não fazem grandes caminhadas, pessoas para quem a mobilidade às vezes é um grande problema. Eu conheço alguns com oitenta e muitos anos.-----

Em França qualquer aldeiazinha tem um local para a paragem e abastecimento de água e esgoto de vazamento de cassetes das autocaravanas. Algumas até têm balneários. Sanitários têm todas ou quase todas. E gratuitos. Mas eu nem sequer estou a defender a gratuidade, estou a defender a existência de soluções.-----

O nosso Parque Municipal de Campismo é maravilhoso e deve continuar na esfera pública. A Coligação Democrática Unitária preocupa-se com ele, razão pela qual aqui solicitou esclarecimentos em relação ao Ginásio de Fitness. Porém, fica longe da praia, do núcleo urbano e para pessoas já com uma mobilidade algo reduzida, não é um equipamento fácil.-----

Agora isso é motivo para ele sair de lá? Não. Tem de se arranjar solução para os seus utilizadores, nomeadamente para aqueles com mais necessidades.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Gosto de dar nota destes processos e com as vossas perguntas dão-me oportunidade de o fazer, sendo a melhor maneira de vos esclarecer.-----

A questão do fosso é muito delicada devido ao processo contencioso existente entre o Município e a Habiserve, e pessoalmente desconhecia que o mesmo estivesse destapado. O Município poderá intervir em termos de proteção civil se houver uma



situação de perigo, porque de outra forma poder-se-á estar a beliscar a relação de compromisso no litígio.-----

Registo o alerta da deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, irei verificar a situação e ver se é possível fazer alguma intervenção, pois o desaterro foi executado pela autarquia.-----

No Verão existiu efetivamente um transporte no Parque Municipal de Campismo. Não funcionou por não ter passageiros. Nessa perspetiva, servia o estacionamento junto ao mar, destinado a uma pernoita rápida e, também, para o auto caravanista de alguma forma poder vir do Parque de Campismo à Cidade e depois ali regressar.--- Comparar com França não será o ideal, porquanto nas aldeias de França todos os caravanistas vão para os Parques de Campismo.-----

A questão dos transportes urbanos daria uma longa conversa. Na Figueira da Foz estes transportes são minimalistas, desenvolvendo-se muito em função do serviço escolar, e, mesmo assim, suportados e subsidiados pela Câmara Municipal em cerca de 600 mil euros. Não se pode ir mais além na gestão dos parques recursos existentes. Agora, com a transferência de competências do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a consequente elaboração de planos de sustentabilidade, se houver carreiras que o justifiquem, pelo menos, temos liberdade de o poder fazer.-----

Se com o mínimo de subsídio se conseguir dar o máximo de satisfação, o executivo municipal está recetivo a isso mas, a Câmara não pode sustentar uma rede de transportes públicos, como decerto compreenderá, limitando-se, de facto, a conceder alguns incentivos e apoios.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Filipe Humberto Dias.-----

**FILIFE HUMBERTO DIAS:** “Por se ter falado do processo contencioso com a Tratofoz relativo à instalação de um Aterro Sanitário de resíduos industriais banais, permito-me, a talho de foice, deixar aqui um alerta.-----

Atualmente, o local onde era para ser instalado o Aterro é um dos mais procurados e frequentados em Maiorca. A Junta de Freguesia já alertou a empresa, neste caso ligada ao Martins Silva, para o perigo ali latente e à vista de todos. A vedação foi corrompida, as pessoas jovens e menos jovens procuram muito a Lagoa de Maiorca, localizada onde era a antiga pedreira dos Varinos, com uma vista lindíssima sobre a água natural. O perigo espregueja naquelas águas, águas químicas certamente.----

São muitos os jovens a tomar ali banho no Verão. E ao fim ao cabo, invadem uma propriedade privada.-----



Peço ao Presidente da Câmara, através da Mesa da Assembleia Municipal, para o Município lembrar à empresa a necessidade de proceder à vedação do local, precavendo-se, dessa forma, um eventual acontecimento nefasto em Maiorca, quer para quem vá visitar o local, quer para quem ali vá a banhos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Respondo da mesma maneira.-----

O Município anda em litígio com a Tratofoz, ou seja, proibiu esta empresa de construir o Aterro Sanitário. Até se poderiam adotar medidas de segurança, mas trata-se de um espaço tão grande, tão grande, que mesmo vedado seguramente não minimizará os fatores de risco.-----

Também por isso, gostaria de encerrar o dossier da Tratofoz, pois tal permitiria uma atuação mais abrangente por parte da Câmara Municipal.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

**5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:**

**5.1 - INDÚSTRIA DE CARNES DA GÂNDARA, LD.<sup>a</sup> - PEDIDO DE REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL DE UMA UNIDADE INDUSTRIAL DE PRODUÇÃO DE CHARCUTARIA, DESMANCHA E COMERCIALIZAÇÃO DE CARNES, SITA NA RUA SENHORA DA SAÚDE, FREGUESIA DE MOINHOS DA GÂNDARA - PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL**

Pela Divisão de Urbanismo foi presente uma informação propondo a regularização das instalações existentes, as quais integram obras de ampliação já efetuadas, da empresa Indústria de Carnes da Gândara, Ld.<sup>a</sup> - unidade industrial de produção de charcutaria, desmancha e comercialização de carnes, sita na Rua Senhora da Saúde, freguesia de Moinhos da Gândara, com fundamento na sustentabilidade ambiental e cumprimento dos requisitos de boas práticas de higiene e segurança na produção e armazenamento, bem como, na sua relevância económica e social para o Concelho da Figueira da Foz, e em particular, para a freguesia de Moinhos da Gândara, com a criação líquida de mais 04 postos de trabalho desde dezembro de 2015 para além dos 40 empregos diretos, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----



Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 19 de dezembro de 2016.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "Uma vez mais a fiscalização municipal não funcionou, ou seja, foi executada obra e agora pede-se à Assembleia Municipal a sua legalização. São alterações do mais variado tipo e em contradição com o definido e estabelecido no Plano Diretor Municipal.-----

Para a Coligação Democrática Unitária este tipo de situações deveriam acabar, e logo quando as obras se iniciam, com uma fiscalização ativa e atuante. Por isso mesmo, irá votar contra este ponto da Ordem de Trabalhos."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** "Percebo a interpelação da Coligação Democrática Unitária. Mas também quero aqui expressar a minha satisfação e felicidade por ver empresas no nosso Concelho a desenvolverem-se, correndo algum risco em determinadas situações.-----

E se agora o legislador tornou possível legalizar, legalizem-se estas situações. E se é legalmente possível dar este ânimo aos empresários, que investem muitas das vezes muito o seu dinheiro correndo bastantes riscos, então eu fico muito feliz por isso.-----

Apesar de poder ter havido uma fiscalização menos eficaz em relação a uma obra, pesando os benefícios e as circunstâncias, não tenho dúvidas nenhuma em estar de acordo e votar favoravelmente este ponto, reconhecendo o interesse público municipal da continuidade em laboração desta empresa. Vou mais longe dizendo - haja mais pelos mesmos motivos.-----

Não consigo entender as razões pelas quais não se manifesta satisfação pela prosperidade e avanço dos projetos dos nossos empresários, conseguidos com o seu próprio esforço."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "As instalações são de 1995. Podem ter sido contempladas no Plano Diretor Municipal, mas este instrumento de gestão territorial deveria conter também uma perspetiva prudente em termos e expansão das empresas e indústrias.-- As ampliações ocorreram em 2008, não aconteceram nestes dois últimos mandatos, porém, a autarquia tem vindo a encarar a situação e já trouxe a esta Assembleia Municipal Planos de Pormenor ou alterações pontuais. É um trabalho muito difícil, mas preferível porque dá solidez e segurança nas infraestruturas.-----





O Plano Diretor Municipal de 1997, foi elaborado de forma um pouco apressada, fundamentalmente para justificar o recurso a Fundos Comunitários, daí não ter tido a necessária reflexão. Deixou de fora muita coisa, nomeadamente, a capacidade de ampliação das empresas, das infraestruturas, etc.-----

Precisamente por se reconhecer que a maior parte dos Planos Diretores Municipais e dos Concelhos padece de sérias dificuldades, surge esta oportunidade legislativa de se regularizarem este tipo de situações. E no caso vertente, a situação ficará definitivamente regularizada não só com este reconhecimento do interesse público municipal, mas também com a sua inclusão no novo Plano Diretor Municipal, a ser apresentado a breve prazo.-----

Se procederem a uma análise meramente formal, muita da nossa economia estaria em causa por questões deste género. Por isso, o executivo municipal trouxe esta proposta na perspetiva de regularizar a situação dentro do quadro legal vigente e a favor do desenvolvimento local.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** “Gostaria de reforçar as palavras do deputado municipal João Filipe Carronda e do próprio Presidente da Câmara Municipal.-----  
Conhecendo, desde a sua origem, este empresário, a sua capacidade de arriscar e investir, a forma como a sua empresa cresceu, sendo hoje um dos maiores empregadores na zona da Gândara, alguém que depois do setor primário ter entrado em declínio dá garantidamente sustento a muitas famílias daquela região, o criador de um produto firmado na Figueira da Foz, na Europa e no Mundo, não poderia ter outra opinião senão votar a favor.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** “Pessoalmente não conheço o empresário nem tão pouco os empregados, não conheço rigorosamente ninguém.-----

Após todas as intervenções, a Coligação Democrática Unitária continua a não concordar com este tipo de atuação.-----

Não está contra o sucesso obtido pela empresa. Opõe-se apenas ao princípio de «primeiro faço e depois vou pedir autorização para regularizar».-----

Porque se houver alguém, naquela mesma freguesia, a querer construir uma habitação ao lado da dos pais, e se o terreno estiver localizado em zona não permitida pelo Plano Diretor Municipal, não pode porque o Município não lhe dá autorização para tal.-----

E este empresário também não deveria ter podido construir e vir pedir depois



autorização para o fazer. É isto que está em causa.-----  
A Coligação Democrática Unitária não é contra a criação de emprego, opõe-se firmemente ao princípio de «primeiro construo e depois os palermas da Assembleia Municipal resolverão o problema».-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----  
**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Desculpemos democraticamente esta última afirmação da deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, e o excesso de linguagem acarretado por vezes pelas preocupações ideológicas.-----  
Comungo das palavras proferidas não só pelo Presidente da Câmara, mas também pelos deputados municipais João Filipe Carronda e Fernando Miguel Pereira.-----  
Começa a ser arcaica esta forma de atuação da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal da Figueira da Foz.-----  
Mudem o disco, mudem o chip! Está aqui em causa a atração de emprego e a manutenção de postos de trabalho.-----  
Evidentemente, faltará aqui enunciar as razões pelas quais o novo Plano Diretor Municipal está tão atrasado. E se o Plano Diretor Municipal vigente já é antigo, também já era altura de termos um novo. E com um novo Plano Diretor Municipal estas situações já não serão compagináveis.-----  
Esta semana um amigo meu disse-me ser «Casablanca» o seu filme preferido. No mundo da fantasia pode-se dizer o que se quer, agora na prática importa legalizar uma situação.-----  
De qualquer forma começa a ser arcaica esta preocupação da Coligação Democrática Unitária em bater sempre na mesma tecla, e obviamente, não somos palermas, não é?"  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----  
**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Retive e escrevi para não me esquecer, algumas notas interessantes prestadas pelo Presidente da Câmara.-----  
Respondendo à questão da gestão das áreas protegidas/estratégia para a Figueira da Foz suscitada pelo deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, o Presidente da Câmara referiu ser um cabo dos trabalhos para o Município conquistar um metro quadrado de terreno, mas estas empresas ampliaram e construíram sem autorização, e não foi um cabo dos trabalhos para o fazerem.-----  
Estão a enviesar o sentido das intervenções dos deputados municipais da Coligação Democrática Unitária. Não posso ficar calada! A minha camarada foi muito clara. Não deturpem a intenção da Coligação Democrática Unitária.-----  
Não está aqui em causa a criação de emprego, nem tão pouco o alargamento do tecido



produtivo, a passar por uma fase lastimosa face ao número de unidades que lamentavelmente têm encerrado.-----

A Coligação Democrática Unitária defende mais empresas, mais progresso no Concelho, com postos de trabalho dignos, com direitos, nessas unidades implantadas ou a implantar.-----

Agora e recuperando o adjetivo do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco, «arcaico» é este órgão deliberativo «bater na mesma tecla» de sucessivamente regularizar situações criadas de «costas para a lei». Esta é a verdade!-----

Não vale a pena dizer que o próximo Plano Diretor Municipal abrigará estas unidades, pois, como é óbvio, terá de as abrigar, tendo elas sido já legalizadas. Na nossa vida somos confrontados com a máxima «dura lex sed lex», daí não se poder admitir processos de costas voltadas para a lei. E isso a Coligação Democrática Unitária condena.-----

Não se pretende o encerramento imediato da empresa, nem o despedimento das dezenas de postos de trabalho, mencionados nos documentos instrutórios pelo Presidente da Junta de Freguesia de Moinhos da Gândara. A Coligação Democrática Unitária vota contra a atuação condenável da empresa ao construir sem previa licença para tal. Já agora e a propósito, gostaria de perguntar ao Presidente da Câmara quantos postos de trabalho efetivos criou a Lusiaves- Indústria e Comércio Agro-Alimentar, S.A., na sequência do reconhecimento do interesse público municipal e regularização da ampliação das instalações da empresa por parte desta Assembleia Municipal?--- Se puder responder agora, tudo bem, se não aguardaria uma resposta à posteriori.”

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Duas notas. Neste dossier também é uma lei a permitir a regularização. De alguma forma, os procedimentos para trás não estão necessariamente bem disciplinados ou regulamentados, e o legislador ao reconhecer esse facto, criou uma norma de exceção.-----

Algumas atividades económicas tiveram um Plano Diretor Municipal posterior ao seu início, mas não as abrangendo. Isto é a injustiça das injustiças! Porque de facto, o Plano Diretor Municipal padecia de alguns defeitos, não acautelando uma área de expansão, porque as empresas têm tendência para se expandirem. É natural.-----

A Revisão do Plano Diretor Municipal está praticamente concluída e demorou o tempo considerado necessário. Efetivamente, houve uma alteração recente da Lei de Bases e do Regime Jurídico das Regras de Ordenamento do Território, obrigando sucessivamente a atualizar o documento. Ainda no próximo mês o projeto de Revisão



do Plano Diretor Municipal será presente a reunião de Câmara, para depois entrar em discussão pública. Terá, então, oportunidade de verificar estarem contempladas e revistas muitas das situações de tolerância em relação, por exemplo, a pequenos proprietários. Numa posição radical destruir-se-iam as casas. Mas para quê? Se razoavelmente as situações podem ser contempladas.-----

Portanto, algumas destas situações são tratadas no âmbito exclusivo da Lei, outras serão tratadas no âmbito do Plano Diretor Municipal, dado não colocarem em causa outras regras de ordenamento.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** “Em primeiro lugar, eu remetia para a ata onde poderão ler a minha intervenção, isto sem prejuízo de a ter bem presente na memória.-----

Em segundo lugar, vota-se aqui a legalização duma situação, e não os antecedentes do processo.-----

Congratulo-me, mais uma vez e se me permitem em nome do Partido Socialista, com esta legalização, o conseqüente aumento dos postos de trabalho e o progresso desta empresa.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Victor Santos Madaleno e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 4 do art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, cuja vigência foi prorrogada pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, sem abstenções, e três votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, reconhecer o interesse público municipal na regularização das instalações existentes, integrando obras de ampliação já efetuadas, da empresa Indústria de Carnes da Gândara, Ld.ª - unidade industrial de produção de charcutaria, desmancha e comercialização de carnes, sita na Rua Senhora da Saúde, freguesia de Moinhos da Gândara, com fundamento na sustentabilidade ambiental e cumprimento dos requisitos de boas práticas de higiene e segurança na produção e armazenamento,**



bem como, na sua relevância económica e social para o Concelho da Figueira da Foz, e em particular para a freguesia de Moinhos da Gândara, com a criação líquida de mais 04 postos de trabalho desde dezembro de 2015 para além dos 40 empregos diretos, permitindo-lhe desta forma instruir o pedido de regularização das instalações e da desconformidade da localização com o Plano Diretor Municipal vigente, junto das entidades competentes.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.2 - PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DE UMA PASSAGEM - LIGAÇÃO PEDONAL ENTRE A PRACETA MARCOS VIANA E A RUA DE SANTA CATARINA**

Pela Divisão de Finanças e Património foi proposta a desafetação do domínio público municipal de uma passagem pedonal ligando a Praceta Marcos Viana à Rua de Santa Catarina, para posterior integração no domínio privado do condomínio do edifício sito na Praceta Marcos Viana, n.º 5, da freguesia de Buarcos e São Julião.-----

Propõe-se, ainda, a revogação da cláusula resolutiva inserta no Contrato de Urbanização, Compra, Venda e Doação de Parcelas de Terreno, celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a empresa Marisol - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, Ld.ª, em 28 de dezembro de 1984, onde se previa que o projeto assegurasse uma passagem pública entre a na altura denominada Avenida 25 de Abril, e agora, Praceta Marcos Viana e a Rua de Santa Catarina.-----

A intenção desta desafetação manifestada em sede de reunião de Câmara de 13 de setembro de 2016, e submetida a consulta pública nos termos do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, foi depois aprovada na reunião de Câmara de 06 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Mendes Ribeiro, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea q) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade:**-----



1 - desafetar do domínio público municipal uma passagem pedonal ligando a Praceta Marcos Viana à Rua de Santa Catarina, para posterior integração no domínio privado do condomínio do edifício sito na Praceta Marcos Viana, n.º 5, da freguesia de Buarcos e São Julião;-----

2 - aprovar a revogação da cláusula resolutiva inserta no Contrato de Urbanização, Compra, Venda e Doação de Parcelas de Terreno, celebrado entre o Município da Figueira da Foz e a empresa Marisol - Sociedade de Empreendimentos Turísticos, Ld.ª, em 28 de dezembro de 1984, onde se previa que o projeto assegurasse uma passagem pública entre a na altura denominada Avenida 25 de Abril, e agora, Praceta Marcos Viana e a Rua de Santa Catarina.-----

*Deliberação aprovada em minuta.*-----

**5.3 - PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA O RECONHECIMENTO DO INTERESSE DO INVESTIMENTO PARA O CONCELHO E ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS**

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente uma proposta de Regulamento para o Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição de Benefícios Fiscais, tendo em vista a captação e dinamização do investimento produtivo, suscetível de gerar emprego, capacidade de reter e atrair novas gerações e, assim, contribuir para o desenvolvimento económico e empreendedorismo jovem, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Maria Adelaide Gonçalves.-----

**MARIA ADELAIDE GONÇALVES:** "A Coligação Democrática Unitária fez uma análise cuidada deste documento, e eu permitir-me-ia abordar aqui alguns aspetos.-----

Parece beneficiar as empresas com mais estabilidade. As exceções mencionadas no documento não estão regulamentadas, desconhecem-se quais são e os respetivos moldes.-----

Numa primeira vista, limita as exceções às indústrias transformadoras das zonas industriais de Lavos, São Pedro e Pincho. Pergunto se as empresas sedeadas noutros locais também irão ser abrangidas?-----

Os jovens empreendedores podem solicitar este benefício, independentemente de estarem a realizar investimento e do número de trabalhadores, podendo eles próprios ser considerados como trabalhadores. Por comparação com as empresas com



estabilidade, isto não será de alguma forma limitativo?-----  
Segundo o art.º 20.º, estes jovens podem acumular este incentivo com outros, nomeadamente, a redução do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, a ocorrer uma só vez, e do Imposto Municipal sobre Imóveis. E na Tabela apresentada, no nível 04 esse benefício pode chegar aos 100% se essa empresa tiver entre 12 a 20 trabalhadores, e aos oitos anos em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis.-----

Trata-se do ponto de vista da Coligação Democrática Unitária de uma boa medida, no entanto, redutora relativamente aos outros incentivos, ou seja, às exceções por si desconhecidas, as quais não sabe se alguém as conhece, ou mesmo se estão regulamentadas.-----

Por outro lado, este Regulamento não está quantificado, não refere um teto, um plafond para os valores dos benefícios a conceder.-----

No fundo, pede-se à Coligação Democrática Unitária neste momento, autorização para a Câmara Municipal alienar parte da sua receita no imposto.-----

Lembro que a Coligação Democrática Unitária tem proposto repetidamente a redução para toda a gente do Imposto Municipal sobre Imóveis para a taxa de 0,5%, e tal não tem sido aceite com o argumento do Município deixar de receber 180 mil euros correspondentes à taxa atual de 1%, passando a receita deste imposto para 90 mil euros. Beneficiaria muita gente, embora também se entenda a questão dos não residentes permanentes, das segundas habitações, mas a Figueira da Foz precisa de todos.-----

Para concluir, a Coligação Democrática Unitária entende que estes benefícios não devem ser atribuídos nunca a pessoas coletivas que paguem Derrama, porque já são beneficiados pela descida da Derrama.-----

Este documento é uma clara opção de classe!"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Folgo em ver este espírito de sã convivência. O atual executivo camarário nunca poderá acusar a Coligação Somos Figueira de ser trauliteira, pouco assertiva, ou de fazer gincana política.-----

Ao longo destes 04 anos, tem vindo a debater os assuntos de uma forma franca, honesta e privilegiando as ideias acima de tudo.-----

Não quero repetir a expressão da «obra prima» e da «prima do mestre de obras», mas este documento é uma cópia de um original francamente melhor.-----

Tudo começou, há cerca de dois anos atrás, com uma proposta de Regulamento subscrita



pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira, presente e rejeitada em sede de reunião de Câmara. A partir daí a Coligação Somos Figueira tem feito repetidos apelos na Assembleia Municipal para este tipo de enquadramento ser aceite pelo executivo municipal. A resposta foi sempre não, pelas mais variadas razões e argumentos.-----

Não vou falar dos aspetos técnicos deste documento, mas do ponto de vista político este Regulamento não só peca por tardio como peca por ser pouco ambicioso.-----

A Coligação Somos Figueira esperava que correspondesse muito mais aos anseios da população, não só da figueirense, mas também, dos investidores a atrair para o nosso Concelho. Por isso mesmo ir-se-á abster."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Fernando Miguel Pereira.-----

**FERNANDO MIGUEL PEREIRA:** "Três intervenções, três opiniões diferentes em termos globais.-----

Em primeiro lugar, felicito o executivo municipal pelo equilíbrio encontrado nas medidas propostas. A Câmara Municipal das Figueira da Foz terá um documento plausível, pensado relativamente à forma como são efetuadas as janelas de oportunidade em termos de candidaturas. Abarca diversos setores, e os não contemplados expressamente neste documento, sê-lo-ão decerto noutros programas operacionais.-----

Em suma, num único documento consegue ter efetivamente um incentivo variando em termos globais entre os 4% e os 10/11%, e abrangendo os pequenos, os médios e os maiores investimentos.-----

Parabéns pelo incentivo à criação de postos de trabalho e, principalmente, ao empreendedorismo, e digo principalmente quanto a este último porque eu particularmente sempre fui adepto das pequenas estruturas, pequenas empresas e da dinamização da economia local."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado João Filipe Carronda.-----

**JOÃO FILIPE CARRONDA:** "Ainda me espantam algumas intervenções e comentários.-----

Analisa-se aqui um instrumento reivindicado há já algum tempo, mas só possível de concretizar agora, após algum acerto das Contas da Câmara.-----

O presente Regulamento não beneficiará apenas as zonas industriais, favorecerá todo o Concelho, todo um conjunto de atividades para além a indústria transformadora.-----

Todavia, o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco cria uma situação de abstenção porque, no seu entender e no do seu grupo municipal, o documento fica aquém do





apresentado pelos Vereadores da Coligação Somos Figueira há dois anos, tendo sido elaborado tardiamente. Francamente não sei se isto lhe tira valor, mas se tirar é estratégia.-----

Do meu ponto de vista, temos de ser realistas, verificar se o documento está bem ou mal construído, se a matriz se adequa ou não à realidade, e se serve as pretensões do Município de atrair investimento para o Concelho da Figueira da Foz. Nos dias de hoje a competição com outros Municípios á cada vez maior, sentindo-se até ao nível das aldeias.-----

Parabéns à Câmara por trazer este regulamento agora. Se é tarde, aconteceu quando foi possível. Deu-se mais um passo para atrair investimento e postos de trabalho ao nosso Concelho, e isso é que é importante.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Cópia de um original francamente melhor? Melhor, só se for no imaginário!-----

Como sabem, os benefícios fiscais só podem ser regulamentados se para tal existir lei habilitante. E esta só foi consagrada no Orçamento de Estado para 2017 e só permite estes benefícios.-----

A Câmara Municipal trabalhou este documento até ao limite permitido na lei em termos de compromisso social e investimentos, mensurando os benefícios de acordo com a criação de postos de trabalho, daí ser uma opção de classe.-----

Cá está a conciliação social democrata do regulamento - por um lado, o liberalismo económico e por outro o compromisso social, ou seja, criar postos de trabalho.--

Não tem um plafond, um teto, porque a ambição da Autarquia é ter o maior volume possível de investimento. Felizmente, há anúncios no âmbito do COMPETE 2020 e de outros investimentos previstos para o Concelho. E aí, de facto, a ambição é grande. Deputada municipal Maria Adelaide Gonçalves, o Município tem sido absolutamente irreduzível quanto à taxa da Derrama, e cá está para a cobrar. No futuro e quando a lei habilitante o permitir, poder-se-á ponderar algum benefício quanto a este imposto.-----

Porém, os benefícios previstos neste Regulamento são investimentos para o futuro e incentivos ao investimento, com o objetivo de criar riqueza, postos de trabalho, aumentar o Produto Interno Local, cobrar Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, e se captarem mais residentes, etc. -----

Não se vai isentar o passado, nem branquear ou isentar de pagamento os grandes investidores. Assim, eles continuem a pagar mais.”-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 23.º-A do Anexo ao Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, aditado pelo art.º 195.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, n.º 2 do art.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alíneas c) e g) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os dois últimos diplomas na sua redação atualizada, deliberou, por maioria, com vinte e três votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues e Filipe Humberto Dias, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, nove abstenções dos restantes membros da Coligação Somos Figueira, e dois votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária, aprovar o Regulamento para o Reconhecimento do Interesse do Investimento para o Concelho e Atribuição de Benefícios Fiscais.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.4 - MAPA DE FLUXOS DE CAIXA RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016 E APLICAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA APURADO NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017**

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para aprovação o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2016 e a aplicação no Orçamento municipal de 2017 do saldo apurado, no valor de 9.090.198,75 €.

Este Mapa integra os documentos de prestação de contas, todavia o Regime Jurídico de Contabilidade Pública, na sua redação atual, já não condiciona a aplicação do saldo de gerência à aprovação da prestação de contas e permite a sua incorporação no Orçamento municipal com a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa da gerência do exercício anterior.

Este processo foi apreciado e votado na reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Contas são contas, já dizia o Eng.º Guterres, e a Coligação



Democrática Unitária irá votar favoravelmente este documento eminentemente técnico.-----

No entanto, este grupo municipal continua perplexo por ver tanto dinheiro enfiado numa rubrica de Diversos. Confunde-o a sua inscrição nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, por ser assim uma coisa um tanto opaca, e continua sem encontrar justificação para a sua repetição no Mapa de Fluxos de Caixa.-----

Contudo, tratando-se de um documento técnico a Coligação Democrática Unitária votará a favor, sem prejuízo de gostar de saber a razão da inscrição de uma verba tão avultada e não especificada em Diversos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Quanto maior for a especificação das rubricas mais esclarecimento se tem sobre o exercício orçamental, mas também aumenta a dificuldade e agilidade de assumir projetos e despesa.-----

Por isso, as auditorias preveem uma margem prudente até 5% para obviar a questões inopinadas, as quais deverão depois ser mais detalhadas na apreciação do Relatório de Contas, o documento mais importante e de maior transparência e onde se pode constatar se a receita pública foi bem ou mal gasta.-----

Julgo ser uma medida preventiva do nosso Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças com a qual concordo.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Agora o Presidente da Câmara deixou-nos surpreendidos. É bom a Câmara ter dinheiro e uma almofada de conforto, mas esta rubrica dos Diversos corresponde a 1/4 do Orçamento, números redondos.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Este dinheiro não é para gastar à Lagardère.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** “Acredito que não, mas no momento da apresentação deste Mapa de Fluxos aparece como um superavit para a gestão seguinte. Não nos faça arrependar. A Coligação Democrática Unitária vai votar a favor.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento e Fernanda Marques Lorigo, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, da Coligação Democrática Unitária, Maria Adelaide Gonçalves, do**



Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas do ponto 2.6.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa referente ao exercício de 2016 e a aplicação no Orçamento municipal de 2017 do saldo apurado, no valor de 9.090.198,75 € (nove milhões noventa mil cento e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos).-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.5 - 1.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2017**

Pelo Departamento de Administração Geral e Finanças foi presente para apreciação e aprovação a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a aplicação no Orçamento de 2017 do saldo apurado na Gerência de 2016, no valor de 9.090.198,75 €, tendo-se optado por reduzir a receita de capital relativa a participações recebidas entre a conclusão da elaboração do Orçamento municipal para 2017 e o final do ano de 2016, consideradas a receber no quadro do Orçamento, pela reprogramação de algumas obras no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano com influência a nível de receitas de capital, e pelo reforço de várias rubricas de despesa corrente e ações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2017.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** "Pedi a palavra apenas para fundamentar a decisão da Coligação Somos Figueira em se abster neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

O argumento não é novo, já sei qual é a resposta mas, a Coligação Somos Figueira lamenta que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano fosse pouco ambicioso na Figueira da Foz. Na sua opinião, ele podia e devia ter ido muito mais além, aproveitando melhor a requalificação dos espaços urbanos do Concelho da Figueira da Foz.-----

A Coligação Somos Figueira manifestou a sua discordância na altura da votação do



documento, e continua claramente a pensar do mesmo modo.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “A resposta é sempre a mesma - tenho aqui uma coisa atravessada.-----

Convido o deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco a dizer-me qual o Concelho com mais investimento público que o nosso. Em verba podem ter tanto investimento como a Figueira da Foz, mas a autarquia figueirense vai executar e realizar obra.----  
Felizmente, já se chegou à fase de apresentar os projetos e no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano eu queria esgotar a verba até 2019, para poder negociar mais.-----

O executivo municipal travou um duro processo de negociação no âmbito da valorização urbana, porque os processos são majorados em termos de diminuição de CO2, aumentos de atividade pedonal, intervenção social, etc.

Comparem o que é comparável, vejam os resultados obtidos nas negociações em cada Concelho e qual a finalidade.-----

Falamos de políticas públicas e em termos das mesmas se me trouxerem sugestões passíveis de serem enquadradas nos objetivos, eu aceito-as.-----

De facto, o executivo municipal tentou esgotar a capacidade de negociação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.-----

Nestes processos acreditem que não chega querer...”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao deputado Teotónio Jesus Cavaco.-----

**TEOTÓNIO JESUS CAVACO:** “Não quero transformar isto num ping-pong.-----

Não há evidentemente soluções ou varinhas mágicas para estas matérias. Mas, perguntaria ao Presidente da Câmara se o Regulamento de Incentivos e de Benefícios Fiscais tivesse sido elaborado e aprovado há dois anos, não estariam agora os privados em condições de investir? Fica a pergunta.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “O Regulamento de Incentivos e de Benefícios Fiscais não podia ter sido feito há dois anos porque, nessa altura, não existia lei habilitante. Mal o legislador o permitiu, com a Lei do Orçamento de Estado, de imediato se procedeu ao enquadramento legal e se avançou com o Regulamento.-----

O Município acompanhou o processo e está atento em termos de redução substancial de Imposto Municipal sobre Imóveis e definição de Área de Reabilitação Urbana, ou seja, nessa política de incentivo a autarquia tende a esgotar as possibilidades previstas e concedidas por Lei.”-----



**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e dois votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, Filipe Humberto Dias, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, treze abstenções dos restantes elementos da Coligação Somos Figueira e dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2017, destinada à incorporação no Orçamento de 2017 do saldo apurado na Gerência de 2016, no valor de 9.090.198,75 € (nove milhões noventa mil cento e noventa e oito euros e setenta e cinco cêntimos), traduzindo-se, no essencial, na redução a receita de capital relativa a participações recebidas entre a conclusão da elaboração do Orçamento municipal para 2017 e o final do ano de 2016, consideradas a receber no quadro do Orçamento, reprogramação de algumas obras no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano com influência a nível de receitas de capital, e reforço de várias rubricas de despesa corrente e ações previstas nas Grandes Opções do Plano de 2017.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.-----**

**5.6 - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONCESSÃO DE OBRA PÚBLICA DE REABILITAÇÃO/RECONVERSÃO E EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO PISCINA-MAR**

Pela Divisão de Finanças e Património foi presente uma proposta para a concessão de obra pública de reabilitação/reconversão e exploração do Complexo Piscina-Mar, através de Concurso Público, com fundamento no facto deste imóvel municipal, classificado de Interesse Público, carecer de um conjunto de intervenções que o requalifiquem e reativem, estando a capacidade de investimento do Município da Figueira da Foz limitada devido aos condicionalismos do Plano de Saneamento Financeiro subscrito em 2011.-----

Integram o processo as peças do procedimento do concurso, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos, constituindo o anexo número três à presente ata.-----



Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Começarei por uma curiosidade. O art.º 10.º do Código de Exploração refere o calendário de funcionamento, sendo indicado como dia da Cidade 08 de julho. Ora, o dia da Cidade na Figueira da Foz é 24 de junho, e não aparecendo mencionado no calendário também não está contemplado para poder ter um funcionamento extraordinário.-----

Aliás, este calendário parece ter sido copiado de um qualquer Regulamento da Câmara Municipal de Chaves ou de Amarante, onde o Feriado municipal corresponde ao dia 08 de julho.-----

Nesse mesmo calendário também se menciona o Dia da Implantação da República como sendo a 10 de outubro, mas eu sempre o festejei a 05 de outubro.-----

Estou a brincar, mas isto não deveria acontecer num documento da Câmara, convenhamos.-----

Passemos agora a coisas mais sérias ou tão sérias quanto estas.-----

No ponto três da cláusula 44.ª, com o título «Funcionamento do espaço», pode ler-se «O Complexo Piscina-Mar deverá ser dotado de valências que permitam o seu funcionamento durante todo o ano e deverá ser assegurado o uso público da piscina de mar.»-----

A Coligação Democrática Unitária gostaria de ser esclarecida em relação a esta parte final. Alguma vez foi vetado o uso público da piscina de mar? Vai ser gratuito? Então o público não pôde sempre entrar mediante o pagamento do seu bilhete?-----

Entretanto, a Piscina de Mar esteve concessionada a um determinado empreendedor que, segundo sabemos, até a subconcessionou.-----

Pergunta-se se a concessão chegou mesmo ao fim. Estão a avançar para este concurso público por esse motivo? Ou na hipótese de a concessão não ter chegado ao seu término, porque não continuou o concessionário na Piscina de Mar? Deixou dívidas por regularizar? No fundo, a Coligação Democrática Unitária pretende saber qual o ponto da situação deste dossier.-----

Por fim, há uma Chefe de Divisão que emite um parecer sobre a constituição de um júri, considerando-se a ela própria e uma outra pessoa. Para a Coligação Democrática Unitária isto é algo deselegante e desconfortante."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----



**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Esta última questão é aparentemente pertinente.-----  
Se me pedirem a mim quem deve representar a Câmara Municipal, por exemplo, no Conselho de Concertação Social, não posso ser eu próprio a dizê-lo? Terá de ser o Vice-Presidente a indicar-me?-----

A pessoa em causa, a Arq.<sup>a</sup> Maria Manuel, foi a que mais acompanhou este projeto..."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Não. Eu referia-me a alguém de nome Isabel Figueiredo."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Trata-se da Chefe da Divisão Jurídica e Contencioso que tem acompanhado a vertente jurídica do dossier. Ela predispôs-se e não vem nenhum mal ao mundo por isso. Não consigo ver nenhum inconveniente, e tão pouco me parece ser falta de modéstia.-----

Em relação ao uso público, concessão e dívidas por regularizar, três notas.-----  
Não se trata da concessão de uma piscina municipal. O uso público tem de ser entendido nos termos gerais de acesso aos espaços de uso público. Isto é uma concessão a privados e o concessionário pode impor e regulamentar as condições, mas não poderá vedar o acesso.-----

A concessão terminou por mútuo consentimento das partes.-----

A primeira concessão outorgada com uma das empresas de Aprígio Santos foi resolvida, ficando em dívida 70 mil euros agora reclamados no processo de insolvência. Poderiam ter sido pagos por contrapartida de alguns benefícios feitos pelo concessionário porque assim já estava pago, mas na altura não equacionaram essa hipótese.-----

A segunda concessão foi celebrada com o Arq.º Carlos Figueiredo que teve aqui um prejuízo muito grande. As pessoas por vezes iam para lá e viam as suas expectativas goradas face a deficiências a nível do abastecimento de água, etc.-----

No último ano, o Município assumiu a exploração direta da Piscina, concessionando apenas o Bar. Eventualmente, este Verão continuará a funcionar do mesmo modo.---

As dívidas do Arquiteto Carlos Figueiredo saldaram-se com um encontro de contas."

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Só mais uma questão, muito rápida.-----

O Caderno de Encargos e o Projeto da futura concessão conduzirão a uma empreitada paga pela Câmara Municipal, não é verdade? Eu pergunto se o Arq.º Carlos Figueiredo exerce funções para a Câmara Municipal?"-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----





**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "A colaboração do Arquiteto Carlos Figueiredo foi fundamental para o desenvolvimento deste projeto, tendo sido indicado pelo Arquiteto Isaiás Cardoso na perspetiva de se preservar as partes arquitetónicas daquele edifício. Assim, na sequência de alguns trabalhos por si efetuados, celebrou um contrato com o Município da Figueira da Foz, dando assim continuidade aos mesmos. Foi imprescindível para a elaboração deste Caderno de Encargos.-----

Normalmente, este tipo de serviços é contratualizado com consultoras, orçando em média os 75 mil euros?-----

No caso da Piscina de Mar, o Município pagou 18 mil euros para ter um arquiteto que trabalhou em cumplicidade com o autor original daquele equipamento.-----

O grande objetivo aqui é salvar a peça arquitetónica, daí terem sido efetuados vários trabalhos, estudos, etc., alguns projetos e documentos absolutamente necessários ao fim em vista - preservar a peça arquitetónica, como já disse.----

Para concluir, esta foi uma despesa necessária para apoio da parte técnica."----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "Não está em causa se a despesa foi ou não necessária, mas estou a imaginar um cenário na minha cabeça, que não quero hoje dizer qual é.--- Normalmente a insinuação é mal vista, por ser maldosa e ter aranhas atrás da porta. Agora, temos um concurso público internacional, publicitado em Diário da República e no Jornal da União Europeia, e terá candidatos, ou não.-----

Dois milhões de euros, não será qualquer um a ter acesso a este montante de crédito, convenhamos.-----

Por isso não se trata de uma insinuação, como eu lhe disse é apenas um quadro que de repente surgiu no meu sótão. Não o posso arrumar agora por estarmos a meio do processo, mas no futuro eu poderei fazê-lo..."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Vive-se uma fase da transparência, e bem.-----

O Arquiteto Carlos Figueiredo não pode ser concorrente. Está-lhe absolutamente vedado por lei ser concorrente, porque elaborou o Caderno de Encargos.-----

Mas digo-lhe mais, se tal não resultasse da lei, resultaria certamente das mais elementares regras do bom senso."-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista,**



Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Jorge Bugalho Silva, e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos membros do Partido Socialista, da Coligação Somos Figueira, Paulo Querido Rodrigues, Filipe Humberto Dias, Carla Eduarda Santos e Vânia Duarte Baptista, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, seis abstenções dos membros da Coligação Somos Figueira, Nuno Miguel Carvalho, João Gomes Lopes, Teotónio Jesus Cavaco, Carlos Manuel Rabadão, Isabel Gaspar Sousa e Natália Jerónimo Pires, e quatro votos contra dos membros da Coligação Democrática Unitária e da Coligação Somos Figueira, Ana Laborda Oliveira, autorizar o Município da Figueira da Foz a celebrar o Contrato de Concessão de Obra Pública de Reabilitação/Reconversão e Exploração do Complexo Piscina-Mar, bem como, aprovar as respetivas condições gerais constantes das peças do procedimento concursal.-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**ANA LABORDA OLIVEIRA** apresentou a seguinte declaração de voto: "Votarei contra principalmente por duas razões.-----

Primeiro, porque iremos deliberar e decidir sobre um processo e teremos de esperar 50 anos para perceber se a exploração da Piscina Mar foi ou não eficaz e consistente.-----

Segundo, porque no fundo, comungo com muitas das dúvidas suscitadas aqui pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária. Pessoalmente, tenho muitas dúvidas quanto aos critérios seguidos quer na última concessão quer na proposta atual. Seriam necessários mais esclarecimentos, para além das explicações dadas pelo Presidente da Câmara nesta sessão, e seria também essencial mais transparência neste processo, que sinto não existir."-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Como sabem, as declarações de voto vincam uma posição. Não tendo a deputada municipal Ana Laborda Oliveira solicitado quaisquer esclarecimentos no decurso da discussão deste ponto, admira-me que em sede de declaração de voto, venha agora afirmar que o processo é pouco transparente."---

**ANA LABORDA OLIVEIRA:** "Eu perfilho as dúvidas e questões levantadas pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária durante a discussão deste ponto. No entanto, em meu entender, uma discussão de cinco minutos não basta para esclarecer o processo. Portanto, a minha declaração de voto foi esta."-----



**PRESIDENTE DA CÂMARA:** "Não tolero insinuações. As questões foram colocadas e eu respondi-as. Se continuou com dúvidas devê-las-ia ter suscitado oportunamente, e não vir agora rotular o processo de pouco transparente."-----

**5.7 - ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**

Pela Subunidade Orgânica de Recursos Humanos foi proposta uma alteração da Organização dos Serviços Municipais no sentido de se fixar em 20 (vinte) o número máximo de subunidades orgânicas.-----

Esta proposta tem subjacente o facto de decorridos três anos após a entrada em vigor da Organização dos Serviços Municipais, os dirigentes do Departamento de Obras Municipais e Ambiente, Divisão de Urbanismo e Divisão de Cultura, terem manifestado a necessidade de criação de subunidades orgânicas nas suas estruturas, tendo em vista operacionalizar de forma mais eficiente os serviços que lhes estão adstritos.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 16 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Silvina Anadio Queiroz.-----

**SILVINA ANADIO QUEIROZ:** "A Coligação Democrática Unitária abster-se-á nesta matéria. Não irá apresentar qualquer declaração de voto, apenas fundamentará o seu sentido de voto.-----

Nas seis novas subunidades orgânicas propostas pela Câmara aparece a subunidade orgânica de fiscalização, no âmbito da Divisão de Urbanismo. Ora, este grupo municipal tem vindo, por diversas vezes, a chamar a atenção para a falta de fiscalização, tal como já o fez hoje em relação a um processo de regularização excecional. Não se compreende a falta de fiscalização, mesmo sem uma subunidade orgânica, mas a Coligação Democrática Unitária não quer ser acusada de ter votado contra a criação da mesma, e que isso possa servir de desculpa para a falta de fiscalização eficaz.-----

Do nosso ponto de vista, a pirâmide está algo invertida. Faz falta muito pessoal na base, gente que pega na enxada, na caneta, no martelo, na foice também, mas dentro da Câmara este argumento não colhe. Por comparação, há mais necessidade de pessoal de trabalho do que pessoal de chefia. Isto é um pouco como acontece nas prisões, onde se tem meia dúzia de guardas para uma população prisional imensa. - Pelo exposto, a Coligação Democrática Unitária não votará contra, abster-se-á.-- Já agora, qual a fundamentação para a criação destas seis subunidades orgânicas. São mesmo necessárias?-----



A outra questão é saber qual o impacto orçamental desta alteração à Organização dos Serviços Municipais.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

**PRESIDENTE DA CÂMARA:** “Pretende-se otimizar a gestão dos recursos humanos, segregando funções e disciplinando os serviços. Pouco a pouco têm-se criado alguns grupos de trabalho, uma possibilidade legal prevista na lei orgânica.----- Não implica custos acrescidos porque as chefias nem sequer estão todas ocupadas. Há duas por ocupar, encontram-se em acumulação de funções. Portanto, a proposta não se traduz em qualquer acréscimo de despesa.-----

Fiscalização - é uma questão de ver dentro dos constrangimentos orçamentais e legais se é possível contratar mais fiscais. Reconheço a exiguidade do atual Mapa de Pessoal perante as tarefas e atribuições cada vez mais exigentes. Oportunamente, o Município reavaliará o quadro da fiscalização e ponderará o seu alargamento, caso haja possibilidades legais e financeiras.”-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Mário Menezes Paiva, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Luis Mendes Ribeiro e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por maioria, com trinta votos a favor dos membros do Partido Socialista, Coligação Somos Figueira, e do Presidente da Junta de Freguesia de Bom Sucesso, três abstenções dos membros da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições emergentes da alínea d) do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea m) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente alteração da organização dos serviços municipais, fixando em 20 (vinte) o número máximo de subunidades orgânicas.-----**

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

#### 5.8 - PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE DE GÉNERO 2017/2019

Pela Divisão de Educação e Assuntos Sociais foi presente o Plano Municipal para a Igualdade de Género 2017/2019, com o objetivo de promover o desenvolvimento local assente em estratégias de combate à persistência e reprodução das desigualdades e estereótipos de género, por forma a alcançar-se uma sociedade mais justa, inclusiva



e democrática, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** deu a palavra à deputada Isabel Guardão Tavares.-----

**ISABEL GUARDÃO TAVARES:** "Uma pequena reflexão sobre uma temática deveras importante para as mulheres, que se estende há já demasiado tempo sem se vislumbrar ainda a luz ao fundo do túnel.-----

Igualdade de Género versus Desigualdade de Género. Em pleno século XXI, este tema já não deveria fazer parte de conferências, colóquios, estudos, palestras, etc.- Infelizmente, uma boa parte do género masculino continua a fomentar a desigualdade de género, por isso ela ainda persiste até aos nossos dias, e persistirá. Mas já se regista com muito agrado, o facto de muitos homens se preocuparem e lutarem ao lado da Mulher, mesmo ombro a ombro com ela, para exterminar este absurdo, para esta injustiça e idiosincrasia eivada de ignorância desaparecer do nosso horizonte temporal.-----

Todavia, ainda estão muito muito longe de atingir os objetivos da Igualdade de Género.-----

São lastimáveis as constantes notícias vindas a lume sobre esta temática. O absurdo e mesmo o horror cobrem de negro aqueles que continuam a fomentar e a ser os obreiros diários desta calamidade humana.-----

Esta profunda falta de ética e de moral, do conhecimento do que é verdadeiramente o ser humano, para que foi criado, como deve interagir, como se completa e se complementa, como o amor universal encaixa maravilhosamente na Igualdade entre Homens e Mulheres.-----

Igualdade de oportunidades, igualdade de saberes, igualdade de tratamento, igualdade de acesso a todas as formas do desenvolvimento humano, etc. Morfologicamente diferentes, intelectualmente iguais.-----

Lamentavelmente, iremos continuar a assistir a desigualdade de oportunidades salariais, de tratamento social, acesso ao mercado de trabalho, acesso ao ensino, desigualdades da mulher na política, violência doméstica, tarefas domésticas não repartidas, sobrecarga no tratamento e acompanhamento dos filhos, violações, mutilações, usos indecorosos da burka, niqab e hijab, chador, até à obrigatoriedade de cobrir os cabelos, naqueles que são mais levezinhos nas exigências. E muitos outros absurdos ligados à problemática da igualdade de género.-----

Louvo a cidadã Maria de Lurdes Pintassilgo, lutadora incansável dos direitos das Mulheres, responsável pelo nascimento da Comissão para a Cidadania e a Igualdade



de Género.-----  
Uma palavra de agradecimento ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz e à Vereação pela maneira como abordaram e abraçaram esta causa e esta temática. Estamos mesmo no bom caminho, mas estamos ainda muito longe, infelizmente.”-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Luis Mendes Ribeiro e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Igualdade de Género 2017/2019.**-----

**Deliberação aprovada em minuta.**-----

**5.9 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 14 DE DEZEMBRO DE 2015 - PARA CONHECIMENTO**

Pela Subunidade Orgânica de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 31 de janeiro de 2017, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 14 de dezembro de 2015, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 06 de fevereiro de 2017.-----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Luis Mendes Ribeiro e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos**



plurianuais, concedida por deliberação deste órgão deliberativo de 14 de dezembro de 2015, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua última redação, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA:** "Concluída a nossa ordem de trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

**A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Luis Miguel Bento, Fernanda Marques Lorigo, Luis Mendes Ribeiro, Vitor Gonçalves Alemão e António Santos Salgueiro, da Coligação Somos Figueira, Mário Silva Esteves, do Bloco de Esquerda, José Ferreira Dias, e o Presidente da Junta de Freguesia de Lavos, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram vinte horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei.-----